

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**1ª SUPERINTENDÊNCIA/GO**  
**CNPJ(MF) Nº 00.394.494/0116-85**  
[www.dprf.gov.br](http://www.dprf.gov.br)

# **RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO**

**EXERCÍCIO 2006**

**UG 200121**

**1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**RUA P23-A LOTE 04 – S/N – SETOR DOS FUNCIONÁRIOS – GOIÂNIA(GO)-CEP:**  
**74543-380**  
**REGIMENTO INTERNO Nº 3.741/2004/MJ, de 16/12/2004**

# 1. APRESENTAÇÃO

A 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, órgão da estrutura regimental do Ministério da Justiça, com jurisdição no Estado de Goiás e sede à Rua P23-A – Lote 04 – S/N – Setor dos Funcionários - Goiânia-GO, atendendo à Instrução Normativa TCU nº 47, de 27.10.2004, Decisão Normativa TCU nº 71, de 07.12.2005, Portaria CGU nº 555, de 28.12.2006, contendo a Norma de Execução/CGU nº 03, de 28/12/2006.

Em consonância com os princípios que norteiam a Administração Pública, a 1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL em Goiás procurou desenvolver seus trabalhos durante o ano de 2006 sem afastar-se dos princípios fundamentais da Administração Pública, quais sejam, a legalidade, moralidade, publicidade e a impessoalidade.

Todo trabalho desenvolvido no ano de 2006 teve como objetivo principal, atender à população de forma geral no que se refere à segurança pública ao longo das rodovias federais e a prestação de serviços públicos diversos. Cuidou-se também para que todos os atos praticados fossem fundados nos princípios morais e éticos e que tivessem toda a publicidade necessária.

Tivemos a preocupação de fornecer informações precisas de todo o trabalho realizado durante o ano de 2006, que esperamos, tenha cumprido com sua finalidade institucional, visando uma colaborar para melhoria do serviço público na busca de melhor qualidade, sem que houvesse má gerência de recursos públicos.

## 2. INTRODUÇÃO

Como Unidade Gestora da Administração Direta, a 1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, buscando discorrer sucintamente sobre os objetivos alcançados e considerando as dificuldades encontradas, concluiu seu Relatório Anual de 2006, que comporá o processo de Tomada de Contas do exercício e será observado como forma de reavaliação em busca de um melhor aproveitamento para o exercício de 2007.

## 3 - FINALIDADE DO ÓRGÃO

### 3.1 – COMPETÊNCIA DA 1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/MJ.

Compete à 1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL em Goiás, dentro do Decreto nº 1.655/95, de 03 de outubro de 1995, o seguinte:

- I. realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

- II. exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;
- III. aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;
- IV. executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
- V. realizar perícias, levantamentos de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;
- VI. credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;
- VII. assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;
- VIII. executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estados e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;
- IX. efetuar a fiscalização e o controle do trânsito e tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- X. colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis.

Dentre outras atribuições existe ainda a de cumprir e fazer cumprir o contido na Lei nº 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

## **4 - EQUIPE ADMINISTRATIVA**

### **4.1. SUPERINTENDENTE**

Clodoaldo José da Silva Jr

### **4.2. SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO**

Ivone Pinto Caldeira

### **4.3. NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Newton Morais de Souza

### **4.4. NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO E JURÍDICO**

Carlos Eduardo Massot Fontoura

### **4.5. SEÇÃO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

Ivone Pinto Caldeira

### **4.6. NÚCLEO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS**

Marcelo Queiroz de Paula

### **4.7. NÚCLEO DE MULTAS E PENALIDADES**

Cleosmar Alves da Silva

- 4.8. **NÚCLEO DE ACIDENTES E MEDICINA RODOVI**  
Jozi Oda Filho
- 4.10. SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**  
Marcelo Gomes Martins
- 4.11. **NÚCLEO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**  
Neivton Izidório da Rocha
- 4.12. **NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO**  
Andreson Moreira Damasceno
- 4.13. **NÚCLEO DE SERVIÇOS GERAIS**  
Wilton de Albuquerque Melo Jr.
- 4.14. **NÚCLEO DE PATRIMÔNIO E MATERIAL**  
José Calixto Suares Bispo
- 4.15. **NÚCLEO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES**  
Antônio Humberto Fernandes Frota
- 4.15. SEÇÃO DE CORREIÇÃO E DISCIPLINA**  
Célio Constantino da Costa
- 4.16. **NÚCLEO DE ASSUNTOS INTERNOS**  
Rogério Dias Evangelista Modanês
- 4.17. SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**  
Jairo Braga
- 4.18. **NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL**  
Murilo Moraes
- 4.19. **NÚCLEO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL**  
João Elias Pinon Siqueira
- 4.20. **DELEGACIA 1.1. – GOIÂNIA/GO**  
Álvaro Resende Filho
- 4.21. **NÚCLEO DE OPERAÇÕES**  
Marcos Bezerra
- 4.22. **DELEGACIA 1.2. – ANÁPOLIS/GO**  
Júlio Sézar Gomes Ferreira
- 4.23. **NÚCLEO DE OPERAÇÕES**  
Neilton da Silva Costa
- 4.24. **DELEGACIA 1.3. – MORRINHOS/GO**  
Leomar Gomes de Melo
- 4.25. **NÚCLEO DE OPERAÇÕES**  
Henrique Aguiar Lara
- 4.26. **DELEGACIA 1.4. - RIO VERDE/GO**  
Allan Kardec Guimarães
- 4.27. **NÚCLEO DE OPERAÇÕES**  
Frank Borges de Almeida
- 4.28. **DELEGACIA 1.5. - JATAÍ/GO**  
Moisés Alves da Silva
- 4.29. **NÚCLEO DE OPERAÇÕES**

Valtuir Gomes de Carvalho

- 4.30. DELEGACIA 1.6. – CATALÃO/GO**  
Bonaldo Simões Gusmão
- 4.31. NÚCLEO DE OPERAÇÕES**  
Luís Antônio Vieira
- 4.32. DELEGACIA 1.7. – PORANGATU/GO**  
José Luis Neto
- 4.33. NÚCLEO DE OPERAÇÕES**  
José Custódio de Souza

## **5 - EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO**

### **5.1. NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

As atribuições deste núcleo foram definidas no Regimento Interno do DPRF/MJ, Portaria nº 3.741, de 16.12.2004, Artigo 95, conforme segue:

*“Art. 77. Ao Núcleo de Comunicação Social compete:*

- I - orientar e assistir a Superintendência Regional nos assuntos relativos à área de comunicação social;*
- II - promover e executar as atividades de relações públicas, de divulgação e de publicidade oficial do Órgão, no âmbito da administração regional;*
- III - providenciar, analisar e supervisionar a elaboração e distribuição de material de propaganda institucional;*
- IV - apurar, editar, redigir e difundir matérias do interesse da Superintendência;*
- V - programar e promover a execução de solenidades, além de orientar e acompanhar a realização de reuniões, encontros, simpósios, congressos e outros eventos de interesse da Superintendência; e*
- VI - promover a articulação da Superintendência com outros Órgãos da administração pública, bem como manter cadastro atualizado de autoridades. “*

Das atividades inerentes ao Núcleo de Comunicação Social, destacam-se as principais:

### **ATIVIDADES PROGRAMADAS EM 2006 – PALESTRAS E DEBATES SOBRE EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO**

A 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, através do Núcleo de Comunicação social, fez-se presente em exposições agropecuárias, agro-industriais, congressos, feiras e ministrou campanhas e palestras educativas de trânsito em escolas, empresas de transporte de cargas e passageiros, órgãos públicos municipais, estaduais e empresas privadas durante a semana nacional de prevenção de acidentes no Estado de Goiás, totalizando **81** eventos, atingindo um público de **36145** pessoas, assim distribuídos:

O A Polícia Rodoviária Federal através do Núcleo de Comunicação Social se fez presente em agro-industriais, congressos, feiras e ministrou campanhas e palestras educativas de trânsito em escolas, empresas de transporte de cargas e passageiros, órgãos públicos municipais, estaduais e empresas privadas durante a semana nacional de prevenção de acidentes, no estado de Goiás totalizando **81 palestras**

INSTITUIÇÃO/ EMPRESA	CIDADE	QTD PARTICIPANTES
Arroz Cristal	Ap. Goiânia	70
Arroz Cristal	Ap. Goiânia	50
Auditório FESURV	Rio Verde	500
Belcar Caminhões e Máquinas Ltda	Goiânia	50
Belcar Caminhões e Máquinas Ltda	Goiânia	50
Briteng – Britagem e Construções Ltda.	Ap. Goiânia	180
Briteng – Britagem e Construções Ltda.	Ap. Goiânia	180
Caramuru – Alimentos Ltda	Itumbiara	1500
CELG - Centrais Elétricas de Goiás	Goiânia	800
CELG – Companhia Energética de Goiás	Uruaçu	200
CELG – Companhia Energética de Goiás	Uruaçu	200
CELG – Companhia Energética de Goiás	Uruaçu	200
Cerâmica Monte Castelo LTDA.	Nazário	200
Cimento Tocantins	Goiânia	300
Colégio Estadual Alfredo Nasser	Sta Rita do Araguaia	200
Colégio Estadual Cruzeiro do Sul	Ap. de Goiânia	150
Colégio Estadual Cruzeiro do Sul	Ap. de Goiânia	150
Colégio Estadual Martins Borges	Rio Verde	110
Colégio João Veloso do Carmo	Rio Verde	85
Colégio Quaser	Rio Verde	90
Comando Médico	Anápolis	400
Comando Médico	Goiânia	500
Comando Médico	Itumbiara	400
Creche Maria Genoveva	Goiânia	200
Escola Gotinhas do Saber- Nova Opção	Goiânia	200
Escola Infantil Letras Douradas	Goiânia	200
Escola Municipal de Educação Integral Monteiro Lobato	Ap. Goiânia	1600
Escola Municipal Elias Rocha Ribeiro	Senador Canedo	800
Escola Municipal Espírita André Luiz	Senador Canedo	800
Escola Municipal Iaia Camara	Goiânia	300
Escola Municipal São Francisco de Assis	Nerópolis	150
Escudo Vigilância e Segurança Ltda	Goiânia	500
Expresso Marly Ltda	Goiânia	120
Expresso São José do Tocantins	Anápolis	200
Expresso São Luiz	Goiânia	180
Festa dos Caminhoneiros	Itumbiara	1000
Festa dos Caminhoneiros	Itumbiara	1000
FESURV – Fund. Ensino Sup. Rio Verde	Rio Verde	100

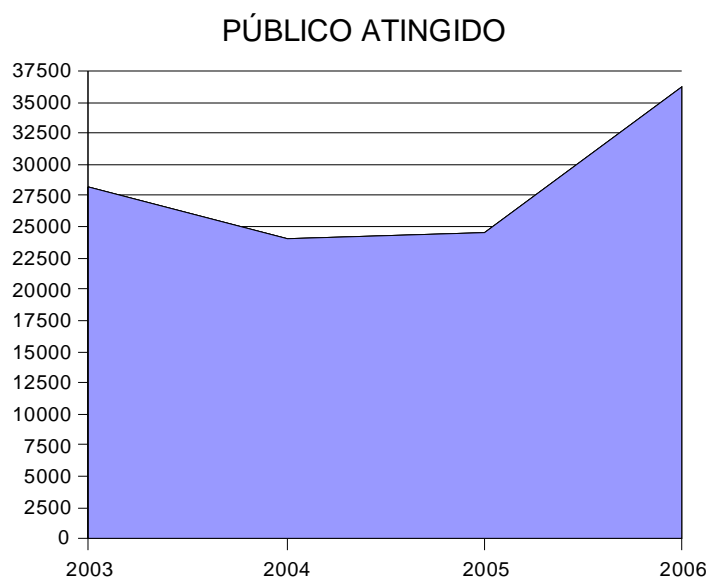
Fonte: Núcleo de Comunicação Social – 1ª SR/DPRF/MJ

**TOTAL DE EVENTOS: 81**

**TOTAL DE PARTICIPANTES: 36145**

TIPO	2003	2004	2005	2006
------	------	------	------	------

EVENTOS	51	73	74	81
PARTICIPANTES	28.210	24.120	24510	36145



Destacamos ainda o bom relacionamento entre a Superintendência e a imprensa falada e escrita do Estado, onde foram realizadas várias entrevistas em emissoras de televisão, rádio e matérias publicadas em jornais de grande circulação, sempre procurando enfatizar as atividades da Polícia Rodoviária Federal em Goiás, tais como dicas de segurança para realização de trajetos longos e cuidados no perímetro urbano, aberturas e fechamentos das operações, feriados e férias, dados de acidentes e orientações em geral, a todas as emissoras de televisão, rádio e jornais locais.

Dentro das limitações de pessoal, contando apenas com dois servidores, as metas do Núcleo de Comunicação foram satisfeitas com êxito. O número de eventos realizados em 2006 sofreu um acréscimo de (+) **9,46%** em relação ao ano de 2005, saltando de 74 eventos para 81. Conseqüentemente, o público alvo atingido foi superior em 2006 em (+) **47,47%** se comparado ao ano de 2005, totalizando **36145 participantes** nos eventos.

PROJETO	RESULTADO
Contratação de empresa especializada no rastreamento eletrônico de mídia televisiva, visando arquivar todas as matérias televisivas divulgadas no Estado de Goiás que interessem à 1ª SR/DPRF/MJ.	Obtido com êxito, sendo contratada através do Pregão Eletrônico nº 001/2006 a empresa Em Tempo Clipping Ltda, em decorrência do Contrato nº 002/2006, oriundo do processo 08662004590/2005-81.
Realização de eventos na área de trânsito em instituições públicas e privadas.	Projeto alcançado com êxito, sendo realizados 81 eventos no ano de 2006, atingindo um público alvo de 36.145 ouvintes.

## 5.2. NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO JURÍDICO

As atribuições deste núcleo foram definidas no Regimento Interno do DPRF/MJ, Portaria nº 3.741, de 16.12.2004, em seu Artigo 76, conforme segue:

*“Art.76. Ao Núcleo de Apoio Técnico compete:*

*I – promover a devida instrução processual e procedimental, no âmbito do Gabinete do Superintendente;*

*II – prestar assistência ao Superintendente, no tocante á conformidade dos atos administrativos;*

*III – analisar a oportunidade e conveniência dos atos administrativos praticados pelo Superintendente, quando solicitado;*

*IV – prestar acompanhamento administrativo nos processos e decisões judiciais de interesse da Superintendência;*

*V – elaborar e orientar a confecção de minutas dos documentos a serem assinados pelo Superintendente;*

*VI – prestar auxílio técnico às demais áreas da Superintendência e Delegacias, quando solicitado; e*

*VII – reunir, organizar, zelar e manter atualizado todo o acervo de livros, revistas e demais publicações jurídico-legais da Superintendência.”*

As orientações prestadas pelo Núcleo de Apoio Técnico Jurídico são de suma importância para o bom andamento das ações desenvolvidas pela PRF em Goiás. Tal núcleo orienta, opina e emite pareceres que são de relevância para o trabalho dos policiais no dia-a-dia.

O Núcleo é provocado sempre que há alguma solicitação do Ministério Público Federal, Estadual, Justiça Federal e Advocacia Geral da União, Controladoria Geral da União, etc. Responde ainda a Mandados de Segurança e proporciona, juntamente com o Núcleo de Assessoramento da AGU em Goiás, todo um apoio jurídico à 1ª SUP DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. A seguir temos um resumo das atividades desenvolvidas pelo núcleo em 2006.



<b>ÓRGÃOS REQUISITANTES</b>	<b>EXPEDIENTES ENVIADOS – 2006</b>
Poder Judiciário Federal/GO – informações processuais	70
Poder Judiciário Estadual/GO – informações processuais	09
Poder Judiciário Estadual/Paraná – informações processuais	03
Poder Judiciário do Distrito Federal – informações processuais	02
Ministério Público Federal/GO – denúncia	05
Ministério Público Estadual/GO – denúncia	03
Ministério Público Estadual/Minas Gerais – denúncia	01
Diversos – informações processuais	16
AGU/PU/NAJ/GO – informações processuais e solicitação de parecer	103
AGU/PRU/1ª REGIÃO/DF	02
Tribunal Regional Federal – 1ª Região	01
Advocacia Geral da União PU/Chapecó/SC	04
Advocacia Geral da União – PFE/DNIT – informação processual	01
Pareceres NUAT/GO	07
Ofícios – Superintendência da Polícia Federal/GO	04
Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça – informações processuais	02
Agência Nacional de Transportes Terrestres – sentença p/ cumprimento	01
Departamento Nacional de Infra – Estrutura Terrestre/GO	01
Secretaria de Segurança Pública e Justiça/GO – denúncia	02
Secretaria de Governo de Assuntos Institucionais/GO	01
Congresso Nacional/Senado Federal/Comissão Permanente de Verificação de Acumulação de Cargos Públicos	01
Distrito Industrial de Cuiabá/MT	01
Comando Geral da PM/GO – denúncia	01
Secretaria de Estado de Defesa Social/MG – denúncia	01
Secretaria Municipal de Planejamento/GO	01
12ª Unidade do DNIT	01
Memorandos NUAT/DPRF/CAA – Informação Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito	01
Corregedoria Geral do DPRF	01
NUAT/GO – Delegacias Regionais da 1ª SR/DPRF/GO	11
Diretor – Geral do DPRF/MJ	01
Núcleo de Documentação – Desarquivamento de Processo	04
Despachos	08
Portarias – Comissão	03
Decisão do Superintendente	01
Instrução de Serviço – CIOP	01

Fonte: Memorando nº 01, de 10.01.2007-NUAT

## **6 - SEÇÃO DE POLÍCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

As atribuições da Seção de Policiamento e Fiscalização foram definidas no Regimento Interno do DPRF/MJ, Portaria nº 3.741, de 16.12.2004, em seu Artigo 79, conforme segue:

“Art. 79. À Seção de Policiamento e Fiscalização compete:

*I – programar, determinar, supervisionar e executar as atividades de policiamento, escolta, segurança e medicina rodoviária, inspeção e fiscalização de trânsito, transporte de pessoas e bens, controle e arrecadação de multas, prevenção e repressão ao roubo e furto de veículos e de cargas, prevenção e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas, credenciamento de escoltas, estatísticas e transitometrias; e*

II – coletar, atualizar e repassar ao Chefe do Núcleo de Apoio Logístico informações pertinentes à estadia, alimentação, locomoção e outros dados necessários ao planejamento de apoio logístico, quando da realização de operações fora da circunscrição da Superintendência.”

Esta seção cuida para que a atividade-fim da PRF em Goiás seja atingida com eficiência e eficácia, com os recursos humanos e materiais que lhe são disponibilizados. A seguir as metas programadas para visando a realização de diversas operações policiais durante o exercício de 2006 e executadas pelo Núcleo de Operações Especiais.

ITEM	OPERAÇÕES E COMANDOS POLICIAIS	Nº DE OPERAÇÕES POLICIAIS – 2005	Nº DE OPERAÇÕES POLICIAIS – 2006
01	Operações Especiais	24	17
02	Operações Eventuais	25	26
03	Operações Integradas de Seg. Pública	7	13
04	Operação Conjunta com outro órgão	107	19
05	Operação Nacional	8	4
06	Operação de Férias e Feriados Nacionais	53	58
07	Operação Regional	0	00
08	Operação Regional - Festividades e Eventos	51	16
09	Operação de Reforço	78	35
10	Operação GPE Regional	0	00
11	Operação GPE Nacional	0	00
12	Operação Emergencial	0	08
13	Operação de Apoio a outro órgão	93	17
14	Comandos Gerais	295	657
15	Comandos Médicos	2	04
16	Comandos Educativos	43	13
17	Comando de Velocidade	270	138
18	Comando de Excesso de Peso	95	47
19	Comando de Sinalização/Condições do veículo	243	248
<b>TOTAL DE OPERAÇÕES POLICIAIS</b>		<b>1394</b>	<b>1320</b>

Embora tenha ocorrido uma diminuição de (-) **5,30%** no número de operações policiais, numa auto-avaliação da atividade operacional, que atinge diretamente a nossa atividade-fim, os objetivos foram alcançados, embora com recursos humanos ainda insuficientes e pouco recurso financeiro.

Como se pode observar, a PRF em Goiás efetuou um número inferior de operações policiais em 2006 se comparado ao ano de 2005. Todavia, embora o número menor de operações policiais, podemos observar uma eficácia maior nas ações desenvolvidas, culminando com um número menor de acidentes registrados, menor número de mortos, menor número de feridos e um menor número de acidentes sem vítimas, conforme se depreende do **QUADRO RESUMIDO DE ACIDENTES/MORTOS/FERIDOS**.

Dentro da preocupação da PRF em Goiás em diminuir o número de acidentes, mortos e feridos, consideramos que os objetivos foram alcançados razoavelmente como segue:

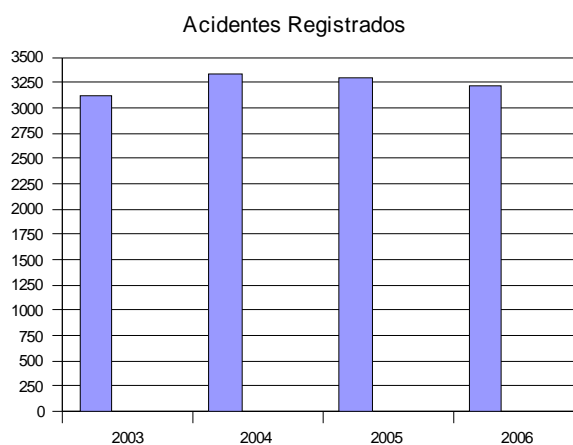
#### QUADRO RESUMO DE ACIDENTES/MORTOS/FERIDOS

SITUAÇÃO	2003	2004	2005	2006	Varição Percentual (%) em relação a 2005
----------	------	------	------	------	--

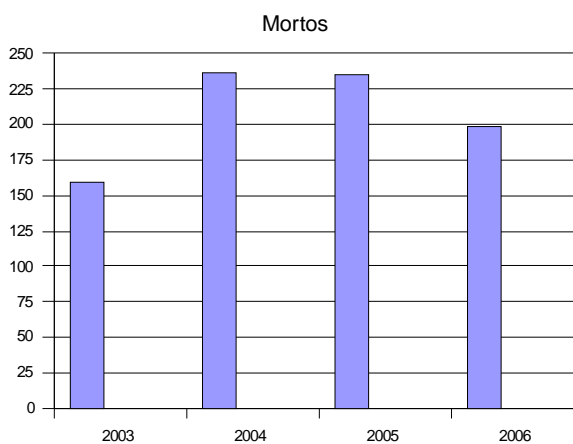
<b>ACIDENTES REGISTRADOS</b>	3116	3338	3293	3224	<b>(-) 2,09%</b>
<b>MORTOS</b>	159	237	235	199	<b>(-) 15,31%</b>
<b>FERIDOS GRAVES/LEVES</b>	2196	1833	2231	1780	<b>(-) 20,21%</b>
<b>ACIDENTES SEM VÍTIMAS</b>	2232	2088	1910	1757	<b>(-) 8,01%</b>
<b>ACIDENTES COM VÍTIMAS</b>	750	1066	1214	1321	<b>(+) 8,81%</b>
<b>ACIDENTES COM MORTOS</b>	134	184	169	146	<b>(-) 13,61%</b>
<b>VEÍCULOS ENVOLVIDOS</b>	4731	5270	4970	4994	<b>(+) 0,48%</b>
<b>OCUPANTES ENVOLVIDOS</b>	12699	8296	6872	6528	<b>(-) 5,00%</b>
<b>VÍTIMAS SOCORRIDAS PELA PRF/GOIÁS</b>	589	348	131	212	<b>(+) 61,83%</b>

Fonte: NUREG/1ª SR/DPRF/MJ

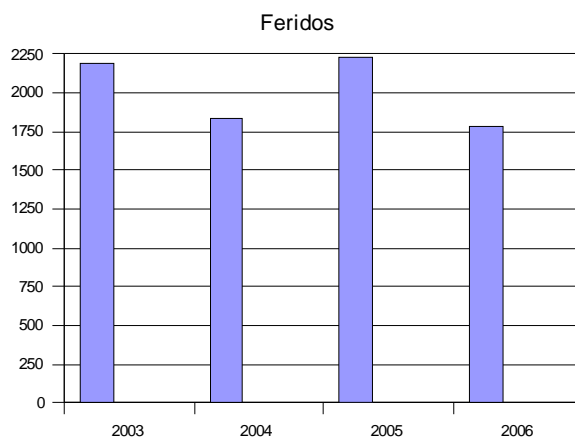
Observe que em 2006 o número de **acidentes registrados** diminuiu em relação ao ano de 2005, na ordem de **(-)2,09%**.



O número de mortos diminuiu em 2006 **(-) 15,31%** em relação ao ano de 2005.



Com relação ao **número de feridos** o percentual também diminuiu sensivelmente em (-) **20,21%** em relação ao exercício de 2005.



Em uma análise geral, consideramos que atingimos as metas na tentativa de diminuir o número de acidentes e o número de mortos que transitam pelas rodovias federais do Estado de Goiás.

Na página seguinte segue o **RELATÓRIO INFORMATIVO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO** de forma mais detalhada, contendo tipos de acidente, fatores contribuintes, condições do tempo, tipos de via, fases do dia, traçado da via, dados dos condutores, tempo de habilitação dos condutores, uso do cinto ou do capacete, horas dirigindo, tipos de veículos e dados das vítimas, tais como número de mortos por sexo.

REGIONAL: 1ª  
DELEGACIA: TODAS

MÊS / OPERAÇÃO: GERAL 2006  
PERÍODO: 01/01/2006 a 31/12/2006

DADOS DOS ACIDENTES		5	FASES DO DIA	11	HORAS DIRIGINDO			
<b>1</b>	<b>TIPO DE ACIDENTE</b>	5.1	AMANHECER	155	11.1	DE 00:00 A 00:15H	1114	
1.1	COLISÃO TRASEIRA	717	5.2	PLENO DIA	1730	11.2	DE 00:15 A 01:00H	1400
1.2	COLISÃO LATERAL	572	5.3	ANOITECER	229	11.3	DE 01:00 A 02:00H	599
1.3	COLISÃO FRONTAL	138	5.4	NOITE	1106	11.4	DE 02:00 A 03:00H	300
1.4	COLISÃO TRANSVERSAL	182	5.5	NÃO INFORMADO	4	11.5	DE 03:00 A 04:00	186
1.5	COLISÃO COM OBJ ETO FIXO	111		<b>TOTAL</b>	<b>3224</b>	11.6	DE 04: A 05:00H	85
1.6	COLISÃO COM BICICLETA	48	<b>6</b>	<b>TRAÇADO DA VIA</b>		11.7	MAIS DE 05:00H	266
1.7	ATROPELAMENTO DE PESSOA	69	6.1	RETA	2420	11.8	IGNORADO	1044
1.8	ATROPELAMENTO ANIMAL	93	6.2	CURVA	630		<b>TOTAL</b>	<b>4994</b>
1.9	TOMBAMENTO	156	6.3	CRUZAMENTO	142	<b>12</b>	<b>TIPOS DE VEÍCULOS</b>	
1.10	CAPOTAMENTO	147	6.4	NÃO DEFINIDO	32	12.1	BICICLETA	52
1.11	INCÊNDIO	19		<b>TOTAL</b>	<b>3224</b>	12.2	MOTONETA	33
1.12	SAÍDA DE PISTA	826	<b>DADOS DOS CONDUTORES</b>			12.3	MOTOCICLETA	499
1.13	DANOS EVENTUAIS	31	<b>7</b>	<b>DADOS DOS CONDUTORES (SEXO)</b>		12.4	TRICICLO	1
1.14	COLISÃO COM OBJETO MÓVEL	34	7.1	MASCULINO	4384	12.5	AUTOMOVEL	2159
1.15	QUEDA DE MOTOCICLETA	69	7.2	FEMININO	373	12.6	CAMINHONETE	393
1.16	DERAMENTO DE CARGA	12	7.3	NÃO IDENTIFICADO	237	12.7	MICRO-ÔNIBUS	8
	<b>TOTAL</b>	<b>3224</b>		<b>TOTAL</b>	<b>4994</b>	12.8	ÔNIBUS	131
<b>2</b>	<b>FATORES CONTRIBUINTE</b>		<b>8</b>	<b>ESTADO ETÍLICO</b>		12.9	CAMINHÃO	740
2.1	VELOCIDADE INCOMPATÍVEL	87	8.1	POSITIVO	162	12.10	REBOQUE/SEMIREBOQUE	5
2.2	ULTRAPASSAGEM INDEVIDA	89	8.2	NEGATIVO	4365	12.11	TRATOR	748
2.3	INGESTÃO DE ÁLCOOL	81	8.3	IGNORADO	467	12.12	TRAÇÃO ANIMAL	7
2.4	DESOBEDIÊNCIA A SINALIZAÇÃO	95		<b>TOTAL</b>	<b>4994</b>	12.13	OUTROS	218
2.5	DEFEITO MECANICO EM VEICULO	189	<b>9</b>	<b>TEMPO DE HABILITAÇÃO</b>			<b>TOTAL</b>	<b>4994</b>
2.6	DEFEITO NA VIA	137	9.1	MENOS DE 1 ANO	71			
2.7	ANIMAIS NA PISTA	109	9.2	DE 1 A 4 ANOS	700		<b>DADOS DAS VÍTIMAS</b>	
2.8	FALTA DE ATENÇÃO	882	9.3	DE 5 A 9 ANOS	1089	<b>13</b>	<b>MORTOS - SEXO</b>	
2.9	DORMINDO	112	9.4	DE 10 A 14 ANOS	691	13.1	MASCULINO	150
2.10	DISTANCIA DE SEGMENTO	97	9.5	DE 15 A 19 ANOS	469	13.2	FEMININO	37
2.11	OUTRAS	1346	9.6	DE 20 A 24 ANOS	565	13.3	IGNORADO	12
	<b>TOTAL</b>	<b>3224</b>	9.7	DE 25 A 29 ANOS	422		<b>TOTAL</b>	<b>199</b>
<b>3</b>	<b>CONDIÇÕES DO TEMPO</b>		9.8	MAIS DE 30 ANOS	475	<b>14</b>	<b>MORTOS - CONDIÇÃO</b>	
3.1	BOM	1935	9.9	INABILITADO	214	14.1	CONDUTOR	104
3.2	SOL	255	9.9	IGNORADO	298	14.2	PASSEIRO	54
3.3	NEVOEIRO/NEBLINA	8		<b>TOTAL</b>	<b>4994</b>	14.3	PEDESTRE	19
3.4	CHUVA	609	<b>10</b>	<b>USO DO CINTO / CAPACETE</b>		14.4	OUTROS	22
3.5	VENTO	4	10.1	SIM	4158		<b>TOTAL</b>	<b>199</b>
3.6	NUBLADO	333	10.2	NÃO	133	<b>15</b>	<b>RESUMO</b>	
3.7	NÃO INFORMADO	1	10.3	IGNORADO	703	15.1	TOTAL DE ACIDENTES SEM VÍTIMAS	1757
3.8	INEXISTENTE	78		<b>TOTAL</b>	<b>4994</b>	15.2	TOTAL DE ACIDENTES COM FERIDOS	1321
3.9	GRANIZO	1	ASSINATURA E CARIMBO CH. NUREG			15.3	TOTAL DE ACIDENTES COM MORTOS	146
	<b>TOTAL</b>	<b>3224</b>				15.4	TOTAL DE ACIDENTES	<b>3224</b>
<b>4</b>	<b>VIA COM PISTA</b>					15.5	TOTAL DE FERIDOS	<b>1780</b>
4.1	SIMPLES	1870				15.6	TOTAL DE MORTOS	<b>199</b>
4.2	DUPLA	1287				15.7	TOTAL DE ILESOS	4549
4.3	MULTIPLA	36				15.8	TOTAL DE VEÍCULOS ENVOLVIDOS	4994
4.4	NÃO DEFINIDO	31				15.9	TOTAL DE OCUPANTES ENVOLVIDOS	6528
	<b>TOTAL</b>	<b>3224</b>				15.10	VÍTIMAS SOCORRIDAS PELA PRF	212

## OBJETIVOS E METAS DA SEÇÃO DE POLÍCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO EM 2006

- Dar continuidade às rondas noturnas visando reforçar o policiamento ostensivo nos trechos com altos índices de criminalidades;
- Realizar diversas operações, em especial nas fronteiras de Goiás, usando o efetivo desta Regional e algumas com reforço de outras Regionais, e ainda, em conjunto com outros órgãos, visando coibir: acidentes, infrações de trânsito, transporte irregular de passageiros, tráfico de drogas, trabalho escravo, contrabando, descaminho, demais crimes e apoiar outros órgãos em diversas operações; e
- Efetuar diversos comandos educativos e preventivos, dando ênfase a Comandos Preventivos de Saúde.

As metas foram brilhantemente alcançadas com as ações operacionais e comandos despendidos por esta Seção, e em especial na significativa redução de mortos em acidentes de trânsito.

Houve aumento substancial na apreensão de drogas, armas e munições; intensificação à coibição do abuso sexual a criança e adolescente, aumento substancial na fiscalização ao transporte irregular de passageiros e na fiscalização ao trabalho escravo.

### 6.1. NÚCLEO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

As atribuições deste núcleo foram definidas no Regimento Interno do DPRF/MJ, Portaria nº 3.741, de 16.12.2004, em seu Artigo 80, conforme segue:

*“Art. 80. Ao Núcleo de Operações Especiais compete:*

*I - orientar, controlar e executar as atividades relativas ao policiamento rodoviário e às operações relacionadas com a segurança pública;*

*II - estudar, revisar e propor normas, instruções e regulamentações referentes à abordagem, bloqueio de estradas, controle de trânsito e demais ações de policiamento;*

*III - executar, controlar e avaliar as operações especiais desencadeadas pela Superintendência;*

*IV - apoiar outros órgãos do sistema de segurança pública, no desempenho de missões cujas características exijam táticas e procedimentos especiais, quando autorizado pelo superior hierárquico;*

*V - orientar, controlar e executar os serviços de escolta e segurança, nos deslocamentos de autoridades nacionais e estrangeiras, em articulação com os demais Órgãos responsáveis;*

*VI - executar, acompanhar e promover trabalhos e operações de prevenção e repressão aos crimes mencionados nos incisos II e III do Art. 36 do presente regimento;*

*VII - pesquisar, analisar e difundir o comportamento dos infratores, bem como organizar e manter atualizado o cadastro de informações sobre os crimes praticados nas rodovias e estradas federais, além de elaborar e difundir as resenhas sobre acontecimentos de relevância ocorridos em sua área de atuação;*

*VIII - organizar e manter atualizado o controle sobre veículos e bens apreendidos, o cadastro de formulários destinados à apreensão de documentos, veículos, armas e outros objetos atualizados, bem como o cadastro dos documentos extraviados, cancelados ou danificados;*

*IX - programar, orientar e executar comandos e operações especiais de prevenção e repressão às infrações de trânsito, objetivando a redução dos acidentes;*

*X - realizar levantamentos estatísticos e pesquisas das atividades operacionais desenvolvidas pela Superintendência, além de outros procedimentos necessários à consecução da missão institucional do Departamento, elaborando mapas, gráficos e relatórios demonstrativos para retratar a situação real das ações e serviços prestado ao longo das rodovias e estradas federais; e*

XI – coordenar e comandar os grupos especiais, tais como: corpo de motociclismo, grupos de operações com cães, grupos de controle de distúrbios, entre outros.”

As atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Operações Especiais da 1ª SR/DPRF/MJ são estritamente operacionais e representam o desenvolvimento de quase toda a atividade fim da PRF em Goiás. Tal núcleo, através do método da observação e coleta de dados estatísticos, desenvolve todo um esboço de trabalho a ser deflagrado durante o ano. Todas as operações policiais determinadas pelo DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL em Brasília/DF são repassadas às regionais para que assim as desencadeiem.

Também desenvolvem e deflagram as operações policiais regionais, que variam de acordo com as peculiaridades dos crimes praticados em cada região do Estado de Goiás. De todas as operações policiais realizadas ao longo das rodovias federais goianas, são elaborados relatórios contendo o motivo da operação, data, efetivo de policiais empregado, objetivo da operação e o resultado alcançado.

Os resultados/objetivos alcançados em 2006 pelo Núcleo de Operações Especiais com relação ao combate à criminalidade nas rodovias ficaram disponibilizados conforme tabela a seguir:

### TABELA COMPARATIVA DA CRIMINALIDADE NAS RODOVIAS NOS ANOS DE 2003, 2004, 2005 e 2006.

CRIME/Nº DE APREENSÕES	2003	2004	2005	2006
<b>1. Armas Apreendidas</b>				
a) Revólver	29	10	24	35
b) Pistola	08	8	22	11
c) Rifle	01	0	0	1
d) Espingarda	05	4	8	8
e) Carabina	03	1	1	0
f) Sub – metralhadora	00	0	0	1
g) Armas Brancas	05	3	11	5
h) Outros	01	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>52</b>	<b>26</b>	<b>66</b>	<b>61</b>
<b>2. Munições – projéteis</b>	2300	17633	274	10692
<b>3. Drogas</b>				
a) cocaína (g)	2,315	0	45,342	100985
b) maconha (kg)	250,676	438,183	141,018	1409,488
c) merla (lata)	3700	0	0	660
d) “crack” (und)	2	5835	0	710
e) lança perfume (frasco)	730	1960	0	0
f) anfetaminas (und)	0	0	0,295	9
g) barbitúricos (und)	0	0	0	0
h) Outras	792	142	507,29	10265
<b>4. Contrabando/Descaminho</b>				
a) Cigarros	74527	50367	21243	27452
b) Fitas/CD´s	107462	286000	42801	141280
c) Equip Informatic	9593	2076	4059	3369
d) Equip Eletronic	-	-	0	0
e) Combustível (l)	0	0	0	0
f) Bebidas (l)	1472	1551	484	16802
g) Outros	67586	12819	68963	80380
<b>5. Explosivos</b>	0	0	6 Kg de	428

			pólvora	
6. Documentos Apreendidos	318	295	442	469
7. Crimes Contra o Meio Ambiente – ocorrências	162	10	47	65
8. Pessoas Presas/Detidas	284	414	377	459
9. Roubo a Carga – ocorrências	40	13	19	58
10. Carga Recuperada				
a) Cigarros		0	0	0
b) Combustível(litros)		44000	27000	200
c) Outros	2	1958	0	124
11. Registro de Ocorrências	161	149	183	112
13. Veículos				
a) Recuperados	76	77	78	105
b) Apreendidos - restr judic	05	64	81	05
c) Apreendidos - restr admin	1600	857	74	0
d) Retidos (p/ regularização)	7449	6105	4842	8114

Fonte: Núcleo de Operações Especiais/1ª SR/DPRF/MJ

## 6.2. NÚCLEO DE MULTAS E PENALIDADES

As atribuições deste núcleo foram definidas no Regimento Interno do DPRF/MJ, Portaria nº 3.741, de 16.12.2004, em seu Artigo 81, conforme segue:

“Art. 81. Ao Núcleo de Multas e Penalidades compete:

*I - orientar, controlar e executar as atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços, convênios e contratos;*

*II - organizar, controlar, orientar e distribuir às unidades da Superintendência, normas relativas à atualização e interpretação da legislação de trânsito e outros procedimentos que disciplinam a aplicação de penalidades;*

*III - organizar, controlar e manter atualizado o cadastro de registros de multas e o processamento das penalidades aplicadas, de acordo com as disposições legais;*

*IV - acompanhar e controlar a arrecadação de multas, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços;*

*V - controlar, orientar e manter cadastro atualizado de talões de autos de infrações, penalidades aplicadas, autos de infrações distribuídos, extraviados ou danificados;*

*VI - controlar, orientar e gerenciar processos de cancelamento de multas;*

*VII - elaborar mapas gerenciais e demonstrativos de penalidades aplicadas e da arrecadação de multas, bem como manter registros de débitos existentes;*

*VIII - preparar as informações técnicas atinentes aos processos judiciais acerca de multas;*

*IX - coordenar e prestar apoio técnico às Comissões Administrativas de Defesa de Autuação – CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI.”*

Cabe ressaltar que não é objetivo da PRF em Goiás, como de qualquer órgão fiscalizador, a aplicação de multas. A aplicação da multa decorre de um fato gerador, que em nosso caso, é a infração de infração cometida pelo usuário da rodovia federal, conseqüentemente, deve a aplicação da multa ser entendida como um efeito gerado pela conduta inadequada dos nossos motoristas.

A seguir temos uma **TABELA COMPARATIVA** dos resultados alcançados pelo Núcleo de Multas e Penalidades em 2006:

### **TABELA COMPARATIVA DE 2003/2004/2005/2006**



ITEM	2003	2004	2005	2006	Varição Percentual (%) em relação a 2005
1. VEÍCULOS FISCALIZADOS	328.699	276.046	455.108	414.837	(-) 8,85%
2. AUTOS DE INFRAÇÃO EXTRAÍDOS	34.819	32.425	66.917	56.266	(-) 15,92%
3. GRAVÍSSIMA	14.852	17.985	32.929	30.034	(-) 8,79%
4. GRAVE	13.819	12.947	20.535	11.416	(-) 44,41
5. MÉDIA	3.655	4.124	9.533	5.969	(-) 37,86%
6. LEVE	2.347	2.824	3.484	3.473	(-) 0,32%
7. AUTOS INUTILIZADOS	1.722	1.615	3.553	3.080	(-) 13,31%
8. AUTOS CANCELADOS	0	3	10	52	(+) 420%
9. AUTOS DIGITADOS	25.738	27.481	36.597	56.266	(+) 53,74%

Fonte: Núcleo de Multas e Penalidades/1ª SR/DPRF/MJ

Ainda no tocante ao Núcleo de Multas e Penalidades, foi uma de suas metas realizar um convênio de cooperação mútua perante o DETRAN/GO para arrecadar as multas emitidas pela 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Goiás, o que fora executado com êxito através do Convênio 001/2005, onde aquele órgão promove a arrecadação de nossas multas mediante o pagamento de taxas específicas por parte da 1ª SR/DPRF/MJ.

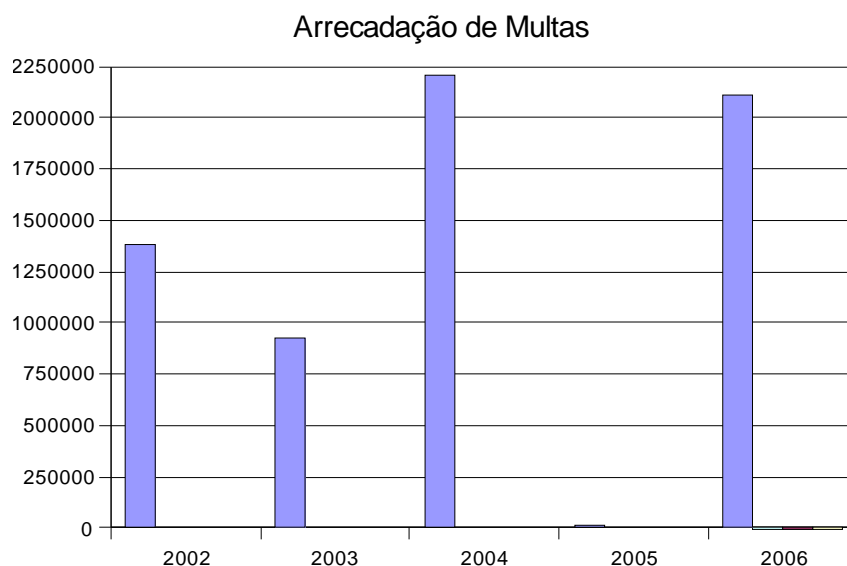
PROJETO	RESULTADO
<b>MELHORAR A ARRECADAÇÃO DE MULTAS LAVRADAS PELA 1ª SR/DPRF/MJ.</b>	Por força do Convênio nº 001/2005, o Detran/GO arrecada as multas aplicadas e não recebidas pela 1ª SR/DPRF/MJ, em virtude da infringência à legislação de trânsito, com vistas à regularização do licenciamento de veículos no Estado de Goiás. O Convênio foi celebrado em função do processo 08662000070/2005-07.

### ARRECADAÇÃO DE MULTAS EM 2002/2003/2004/2005/2006

PERÍODO	VALOR EM 2002	VALOR 2003	VALOR EM 2004	VALOR EM 2005	VALOR EM 2006
	Em R\$	Em R\$	Em R\$	Em R\$	Em R\$
JANEIRO	98.926,17	44.211,95	136.395,46	2.557,26	0,00
FEVEREIRO	102.509,49	52.229,27	170.014,94	2.066,54	0,00
MARÇO	180.306,67	93.338,85	342.326,66	1.384,57	19.711,69
ABRIL	146.778,54	74.897,82	307.434,19	1.585,17	86.066,89
MAIO	106.367,70	54.314,53	301.445,57	2.194,95	131.267,53
JUNHO	108.275,40	65.179,34	386.150,50	3.639,83	157.088,12
JULHO	129.163,65	54.987,57	376.380,50	1.275,42	178.905,91
AGOSTO	123.638,43	33.080,32	125.171,19	645,72	288.076,76
SETEMBRO	139.732,39	55.121,23	47.499,59	-	281.795,52

<b>OUTUBRO</b>	82.009,82	143.708,31	10.362,19	154,68	319.467,40
<b>NOVEMBRO</b>	71.186,07	113.069,41	3.676,59	123,74	336.640,56
<b>DEZEMBRO</b>	37.165,33	145.056,20	2.185,25	-	316.356,72
<b>TOTAL ARRECAD</b>	<b>1.387.784,52</b>	<b>929.194,80</b>	<b>2.209.042,63</b>	<b>15.627,88</b>	<b>2.115.377,10</b>

Fonte: Núcleo de Multas e Penalidades/1ª SR/DPRF/MJ



A excelente arrecadação de multas ocorrida em todo o ano de 2006 deu-se em função do Convênio nº 001/2005, firmado entre a 1ª SR/DPRF/GO e o DETRAN/GO, através do processo 08662000070/2005-07. Neste convênio, a 1ª SR/DPRF/MJ pagará ao DETRAN/GO um preço fixo por cada serviço prestado e não um percentual aplicado de forma linear, como estava ocorrendo.

Podemos observar que os valores arrecadados em função das multas aplicadas em 2006 foi sensivelmente maior. O valor arrecadado em 2005 foi inexpressivo em função da rescisão de um Contrato firmado com o DETRAN/GO, que por determinação do Tribunal de Contas da União, teve que ser rescindido e firmado um Convênio. Todavia, devido à dificuldades operacionais enfrentadas pelo DETRAN/GO e PRF/GO, somente em 2006 é que podemos perceber um volume maior na arrecadação.

#### **6.4. NÚCLEO DE ACIDENTES E MEDICINA RODOVIÁRIA**

As atribuições deste núcleo foram definidas no Regimento Interno do DPRF/MJ, Portaria nº 3.741, de 16.12.2004, em seu Artigo 82, conforme segue:

*“Art. 82. Ao Núcleo de Acidentes e Medicina Rodoviária compete:*

- I - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com a segurança do trânsito, prevenção, atendimento e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas;*
- II - propor medidas para a redução dos índices de acidentes e preservação da integridade física dos usuários e dos servidores quando em serviço;*
- III - manter arquivos atualizados de boletins de ocorrências;*

*IV - preparar e fornecer os elementos necessários à elaboração de relatórios e estatísticas de acidentes de trânsito;*

*V - acompanhar o resultado do atendimento de vítimas socorridas em acidentes;*

*VI - orientar e fazer cumprir as normas de segurança relativas ao trânsito de produtos perigosos, elaborando planos e procedimentos para a condução ou atendimento a acidentes envolvendo esses produtos, bem como realizar estudos e análises sobre a legislação e as normas de segurança;*

*VII - colaborar com a educação de trânsito ministrada nas escolas, empresas e órgãos oficiais;*

*VIII - promover a realização de trabalhos de fotografia técnica, desenhos, plantas, croquis e demais meios necessários à ilustração e complementação dos serviços efetuados, assim como controlar, supervisionar e manter cadastro atualizado de formulários destinados a boletins de ocorrências; e*

*IX - realizar estudos e pesquisas sobre acidentes de trânsito, objetivando, principalmente, a determinação de pontos críticos, assim como orientar e controlar as tarefas relativas a levantamentos, consolidação, análise e divulgação de dados e informações, promovendo a realização periódica de censos e outros métodos necessários à identificação dos fenômenos do trânsito rodoviário.”*

O fato que ainda prejudicou substancialmente o bom desempenho da atividade fim da POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL em Goiás, a exemplo de 2003, 2004, e 2005 foi o baixo quadro de recursos humanos, mesmo com o acréscimo de **7,67%** no número de policiais em 2006 comparando-se a 2005. Concursos anuais têm sido realizados, mas com reduzido número de vagas, o que, aliado ao número de aposentadorias, têm mantido o quadro com modestas alterações.

O que também tem contribuído para o bom desempenho da Polícia Rodoviária Federal no cumprimento de sua atividade fim, além da intensificação de sua presença ostensiva nas rodovias, são os trabalhos de conscientização desenvolvidos junto às instituições de ensino e às empresas privadas no ramo de transporte de pessoas e de cargas, bens e valores, através das constantes palestras, seminários e eventos sobre segurança no trânsito.

A mídia regional, em parceria com a PRF/GO, tem colaborado com intuito de conscientizar a população sobre sua responsabilidade no trânsito, com o objetivo de diminuir o alto índice de acidentes nas rodovias.

Obviamente, todo o trabalho de policiamento e fiscalização nas rodovias federais desenvolvido pela Seção de Policiamento e Fiscalização, não poderia deixar de ser mencionado.

Por último, objetivando a padronização no atendimento pré-hospitalar, continuamos a manter parcerias e trocas de experiências junto à Secretaria Estadual de Saúde, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Polícia Militar Rodoviária e Universidade Federal de Goiás visando maior eficiência no atendimento das emergências e urgências médicas às vítimas de acidente de trânsito.

Dois Convênios de nº 002/2006 e 019/2006, entre a 1ª SR/DPRF/MJ e o Corpo de Bombeiros Militar - CBM foram celebrados em 2006, onde o CBM/GO atuará conjuntamente com a PRF/GO na BR – 060, saída para Rio Verde/GO, BR – 060 em Teresópolis/GO, BR – 153 em Jaraguá/GO. e BR – 153 em Porangatu/GO, utilizando-sedas estruturas do próprio CBM/GO e de 04 (quatro) UTI's Móveis da marca FIAT, modelo Iveco Dailly, devidamente equipadas para atendimento e socorro à vítimas de acidentes de trânsito na circunscrição das rodovias mencionadas.

Dos convênios celebrados, o CBM/GO ficou responsável pelo fornecimento de combustível, fornecimento da mão-de-obra especializada

(motorista/socorrista) e materiais de primeiros socorros. À 1ª SR/DPRF/GO ficou a incumbência de promover o licenciamento anual e a manutenção (peças e serviços) das viaturas cedidas.

## 7 - SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

As atribuições da Seção Adm e Financeira foram definidas no Regimento Interno do DPRF/MJ, Portaria nº 3.741, de 16.12.2004, em seu Artigo 83, conforme segue:

“Art. 83. À Seção Administrativa e Financeira compete:

*I - programar, supervisionar e executar as atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações;*

*II – elaborar edital, minuta de contratos e convênios, acompanhando as suas formalizações, no âmbito da Superintendência;*

*III – orientar e revisar os projetos básicos e termos de referência das áreas requisitantes, bem como os demais instrumentos pertinentes ao processo licitatório;*

*IV – coordenar e analisar os atos relacionados a procedimentos licitatórios, nas suas diversas modalidades, manifestando-se quanto ao atendimento da legislação pertinente; e*

*V – comunicar os atos de dispensa ou inexigibilidade de licitações no âmbito da Superintendência.”*

Dentro das programações da Seção Administrativa e Financeira para o exercício de 2006, concluiu-se pela intenção da realização dos seguintes objetivos:

PROJETO	RESULTADO
1. Obras de reforma e adaptação da sede da 7ª Delegacia PRF em Porangatu/GO, pertencentes a 1ª SR/DPRF/MJ.	Meta atingida com êxito, sendo contratada a reforma com prazo final de conclusão para o dia 20/01/2007.
1. Obras de reforma e adaptação do Posto PRF de Jaraguá/GO, subordinado a 2ª Del PRF de Anápolis/GO, pertencente a 1ª SR/DPRF/MJ.	Meta atingida com êxito, sendo contratada a reforma com prazo de início em 02/01/2007.
3. Aquisição de material de consumo – Fardamento Operacional p/ uso dos policiais da 1ª SR/DPRF/MJ.	Realizado com sucesso através da adesão a Ata de Registro de Preços da 7ª SR/DPRF/PR, sendo adquiridas apenas calças operacionais e blusões em nylon.
4. Aquisição de material de consumo – Material de Expediente p/ uso da 1ª SR/DPRF/MJ.	Realizado com sucesso através de um Pregão Eletrônico.
5. Aquisição de equipamentos de telecomunicação – 16 Transceptores Fixos da marca Motorola.	Alcançado com sucesso através da adesão a Ata de Registro de Preços do DPRF/MJ.
6. Aquisição de serviços de elaboração de projetos de engenharia (hidráulico, sanitário, elétrico, memorial descritivo e cronograma de desembolso físico/financeiro) visando a reforma da sede da 5ª Del de Jataí, pertencente a 1ª	Objetivo alcançado com êxito, estando os projetos em fase final

SR/DPRF/GO.	de elaboração.
7. Aquisição de serviços de elaboração de projetos de engenharia (hidráulico, sanitário, elétrico, memorial descritivo e cronograma de desembolso físico/financeiro) visando a reforma da sede da 1ª SR/DPRF/GO.	Objetivo alcançado com êxito, estando os projetos em fase final de elaboração.
8. Realização de um Leilão Público de veículos oficiais.	Realizado com sucesso.

No que tange à organização da seção, todos os procedimentos inerentes às dispensas de licitação, reajustes contratuais, ajudas de custo, licitações e contratos públicos, ressarcimento de multas a usuários estão sendo arquivados na própria seção e não no núcleo de documentação.

O motivo é facilitar o acesso a tais processos, uma vez que são solicitados constantemente para consulta, tanto por parte da Superintendência como pela Controladoria Geral da União nas suas auditorias de gestão.

A respeito das orientações relativas à área de realização de despesas, foi exigido do Núcleo de Serviços Gerais que fossem realizadas o mínimo de dispensas de licitação e inexigibilidades (Artigo 24, Incisos I e II e Artigo 25, ambos da Lei 8.666/93). Devendo a dispensa de licitação e a inexigibilidade constituírem-se numa exceção à regra e não uma rotina na realização da despesa pública.

Todavia, com as restrições orçamentárias, durante o exercício de 2006, foram descentralizados recursos esporádicos e aleatórios que permitiram que realizasse pequenas despesas através de dispensas de licitação, as quais ainda não pudemos evitar e ainda aquelas realizadas através do Cartão Corporativo do Governo Federal em despesas eventuais.

Todas as despesas consideradas licitáveis, tais como, manutenção da frota, manutenção de equipamentos de informática, impressoras, equipamentos de ambiente de rede, limpeza, asseio e conservação, vigilância armada, recepcionista e telefonista, passagens aéreas, locação de fotocopiadoras multi-função, telefonia celular, telefonia fixa, locação de impressoras, fornecimento de carimbos, chaves, rastreamento de matérias televisivas (*clipping*), etc, possuem contratos oriundos de procedimentos licitatórios, principalmente na modalidade Pregão Eletrônico.

Existe ainda uma pequena dificuldade em se evitar a realização de dispensas de licitação e inexigibilidades, pois nossas instalações prediais, servidores, veículos, máquinas e equipamentos não estão centralizados apenas em Goiânia/GO. As contas públicas, tais como água e esgoto, energia elétrica, licenciamento da frota, publicações junto a Radiobrás e Imprensa Nacional são executadas com fundamento na inexigibilidade de licitação (Art. 25 da Lei 8.666/93).

Possuímos agora 15 postos policiais, incluindo agora o Posto PRF de Jussara/GO, subordinado à 4ª Del de Rio Verde, espalhados ao longo das rodovias dotados de viaturas, armas e munições, equipamentos de socorro à vítimas de acidentes, radares, bafômetros, etc e que, ocasionalmente, necessitam de reparos, substituições, enfim, toda manutenção necessária para que a PRF em Goiás cumpra com suas obrigações institucionais atribuídas pelo Decreto nº 1.655/95.

## 7.1. NÚCLEO DE SERVIÇOS GERAIS

As atribuições deste núcleo foram definidas no Regimento Interno do DPRF/MJ, Portaria nº 3.741, de 16.12.2004, em seu Artigo 87, conforme segue:

“Art. 87. Ao Núcleo de Serviços Gerais compete:

- I - encaminhar pedidos relacionados com compras e suprimentos, aquisição de materiais e execução de serviços;*
- II - elaborar e manter atualizado o catálogo de materiais e de especificações, bem como manter registro cadastral de fornecedores e prestadores de serviços;*
- III - processar e efetuar as compras isentas de licitação, na forma da legislação pertinente;*
- IV - organizar e controlar o cronograma de realização de licitações, além de acompanhar a publicação de todos os atos relativos ao processo licitatório;*
- V - instruir os interessados sobre os documentos necessários à inscrição no cadastro de fornecedores;*
- VI - acompanhar e promover a execução das atividades de vigilância, recepção, portaria, zeladoria e circulação de pessoas nas dependências da Unidade Regional;*
- VII - promover e acompanhar a manutenção de viaturas e equipamentos, assim como controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, acessórios e peças de reposição;*
- VIII - promover medidas para manter atualizada a documentação de veículos;*
- IX - promover o gerenciamento da frota de veículos;*
- X - informar imediatamente ao Chefe do Núcleo de Patrimônio e Material sobre qualquer alteração de situação física, temporária ou permanente, dos bens patrimoniais encaminhados para manutenção ou conserto, bem como sobre movimentações para estes fins; e*
- XI - repassar periodicamente ao Chefe do Núcleo de Gestão e Abastecimento da Frota informações relativas à manutenção e documentação das viaturas da Superintendência.”*

A seguir, informaremos as realizações do Núcleo de Serviços Gerais no que se refere à DISPENSAS DE LICITAÇÃO, informando número de ordem, processo, beneficiário, valor, nota de empenho e Ordem Bancária:

### DISPENSAS DE LICITAÇÃO (Art. 24 Lei 8.666/93) EM 2006

Nº	PROCESSO	BENEFICIÁRIO	VALOR
01/2006	08662004701/2005-59	Distribuidora de Chaves Gold Ltda	R\$ 4.693,14
02/2006	08662000974/2006-13	CIEE – Centro de Integração Empresa Escola	R\$ 77.952,00
03/2006	-	Não Cadastrada	-
04/2006	08662000123/2006-62	FAMA – Frat Ass Menores Aprendizizes	R\$ 1.960,00
05/2006	-	Não Cadastrada	-
06/2006	-	Não Cadastrada	-
07/2006	-	Não Cadastrada	-
08/2006	-	Não Cadastrada	-
09/20206	08662002914/2005-46	Multi Soluções Empresariais Ltda	R\$ 7.700,00
010/2006	08662004422/2006-76	ECT/GO – Emp Correios e Telégrafos	R\$ 15.715,30
011/2006	08662002490/2006-09	Cobretudo Serviços Ltda	R\$ 7.800,68
012/2006	08662001076/2004-11	Cical Motonáutica Ltda	R\$ 2.230,00
013/2006	08662004603/2006-01	CEEN – Centro de Estudos em Enfermagem	R\$ 700,00
014/2006	-	Não Cadastrada	-
015/2006	08662004750/2006-72	Construtora Costa Gomes Ltda	R\$ 4.200,00
016/2006	08662004774/2006-21	CD Equipamentos Hidráulicos	R\$ 7.433,00
017/2006	-	Não Cadastrada	-
018/2006	08662004126/2006-75	FA Prod Médico Hospitalares Ltda	R\$ 3.519,00
019/2006	08662005223/2006-85	Cobretudo Serviços Ltda	R\$ 7.960,00
020/2006	08620003903/2006-64	Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra	R\$ 3.800,00
021/2006	08662005058/2006-61	Distrib Polo Mat de Construção Ltda	R\$ 4.326,00

022/2006	08662004315/2005-67	Portal Construções Ltda-	R\$ 7.882,99
023/2006	-	Não Cadastrada	-
024/2006	08662003877/2006-74	Marcelo Freitas Vale – ME	R\$ 7.865,00
025/2006	08662005058/2006-61	J Cruzeiro da Costa e Cia Ltda	R\$ 4.242,00

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais/1ª SR/DPRF/MJ e SIASG – Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais

## INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO EM 2006 (Art. 25 da Lei 8.666/93)

INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO – CONTAS PÚBLICAS			
Nº DA INEXIG	PROCESSO	FAVORECIDO	VALOR Em R\$
001/2006	08662004703/2005-48	Saneago – Saneamento de Goiás	5.121,00
002/2006	08662004704/2005-92	Chesp – Cia Hidroelétrica do São Patrício	12.501,24
003/2006	08662004706/2005-81	DETRAN – Depart Estadual de Trânsito	17.497,32
004/2006	08662004722/2005-74	Imprensa Nacional – IN	19.657,44
005/2006	08662004773/2005-04	CELG – Centrais Elétricas de Goiás	169.537,20
006/2006	08662003504/2006-01	Radiobrás – Emp Brasileira de Comunicação	12.978,00
007/2006	08662002791/2006-24	Ribco do Brasil Ltda	7.083,00
008/2006	08662002791/2006-24	LPC – Microeletrônica Ltda	2.080,00
009/2006	08662004455/2006-16	INMETRO – GO	4.550,00
010/2006	08662004978/2006-62	J Câmara & Irmãos S/A	418,00
011/2006	08662005325/2006-09	ECT – Emp Brasileira de Correios e Telégrafos	10.753,08

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais/1ª SR/DPRF/MJ

## LICITAÇÕES DEFLAGRADAS EM 2006

MODALIDADE	PROCESSO	OBJETO
Pregão Elet nº 001/2006	08662004590/2005-81	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ACESSORIA EM COMUNICAÇÃO consistindo no rastreamento eletrônico de mídia televisiva, visando acompanhar, conhecer e arquivar os fatos ou acontecimentos que interessem à 1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL em Goiás.
Pregão Elet nº 002/2006	08662004488/2005-85	A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de bilhetes aéreos, em âmbito nacional e internacional junto à 1ª SR/DPRF/GO.
Pregão Elet Reg de Preços nº 003/2006	08662001500/2006-81	A presente tem por objeto registrar preços para aquisição de Material de Consumo (Pneus de uso Automotivo), para uso da 1ª SR/DPRF/GO.
Pregão Elet nº 004/2006	08662002119/2005-58	A presente licitação tem por objeto a aquisição de materiais de consumo (pilhas alcalinas, lâmpadas fluorescentes, baterias alcalinas, lâmpadas halógenas, pilhas recarregáveis, bateria para rádio portátil, lanterna de 03 elementos e lâmpadas de gás.material elétrico), conforme as especificações técnicas obrigatórias e os quantitativos constantes do Anexo I deste Edital.
Pregão Elet Reg de Preços nº 005/2006	08662001520/2006-51	O objeto da presente licitação é o registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, de material de consumo (água mineral, café em pó e açúcar cristal) para atender às necessidades da 1ª SR/DPRF/GO, conforme especificações discriminadas no ANEXO I.
Pregão Elet nº 006/2006	08662000274/2006-11	A presente licitação tem por objeto a aquisição de Material Permanente – eletrodomésticos e mobiliários, para uso da 1ª SR/DPRF/GO, conforme especificações mínimas e quantidades constantes do ANEXO I deste Pregão.
Pregão Elet nº 007/2006	08662000964/2006-70	A contratação de empresa detentora do Contrato de Concessão ou

		Termo de Autorização do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), destinado ao uso do público em geral, prestado em regime público ou em regime privado, respectivamente, na modalidade Local, exclusivamente para atender as ligações originadas nos acessos telefônicos da 1ª SR/DPRF/GO, e para acesso a Internet.
Pregão Elet nº 008/2006 Revogado	08662000505/2006-96	O objeto da presente licitação é o registro de preços, pelo prazo de 06 (seis) meses, para aquisição de MATERIAL DE CONSUMO – Cones Sinalizadores e Fita Plástica para isolamento de área, para atender às necessidades operacionais da 1ª SRPRF/GO, conforme especificações discriminadas no ANEXO I.
Pregão Elet nº 009/2006	08662000505/2006-96	O objeto da presente licitação é o registro de preços, pelo prazo de 06 (seis) meses, para aquisição de MATERIAL DE CONSUMO – Cones Sinalizadores e Fita Plástica para isolamento de área, para atender às necessidades operacionais da 1ª SRPRF/GO, conforme especificações discriminadas no ANEXO I.
Pregão Elet nº 010/2006	08662000475/2006-18	A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção corretiva em equipamentos de informática, elétricos, de telecomunicações e cabeamento lógico, bem como a criação, desenvolvimento, instalação e manutenção de softwares, incluindo o fornecimento de peças e componentes.
Pregão Elet nº 011/2006	08662001519/2006-27	A presente licitação tem por objeto a aquisição de MATERIAIS DE CONSUMO (material de expediente) para uso da 1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, 7 (sete) Delegacias e 14 (quatorze) postos policiais localizados no Estado de Goiás, conforme especificações e quantitativos descritos no ANEXO I deste Edital.

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais/1ª SR/DPRF/MJ

## CONTRATOS FIRMADOS EM 2006

ORIGEM	FORNECEDOR	Nº CONTRATO	VALOR Em R\$
Dispensa de Licitação nº 001/2006	Distribuidora de Chaves Gold Ltda	001/2006	4.693,14
Pregão Elet nº 001/2006	Em Tempo Clipping Ltda	002/2006	7.800,00
Pregão Elet nº 002/2006	Viagens Brasil Turismo Ltda	003/2006	74.128,15
Cessão de Uso de Imóvel	Corpo de Bombeiros Militar de Goiás	004/2006	Sem Ônus
Concorrência nº 001/2006	Pinauto – Pinheiro's Veículos Ltda	005/2006	259.095,20
Inexigibilidade de Lic nº	Radiobrás S.A.	006/2006	12.978,00
Pregão Elet nº 006/2006	Já 2001 – Móveis e Eletrodomésticos Lt	007/2006	7.302,95
Pregão Elet nº 006/2006	Mobile – Com e Ind de móveis e Mat p/ Construção Ltda	008/2006	2.526,00
Pregão Elet nº 006/2006	Multy Master Com e Serviços Ltda	009/2006	4.245,40
Dispensa de Licitação nº	ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Serviços Postais	010/2006	15.715,30
Pregão Elet nº 007/2006	Br Telecom S.A.	011/2006	31.050,96
Tomada de Preços nº 001/06	Engemar Construções e Serviços Ltda	012/2006	96.672,63
Inexigibilidade de Lic nº	ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Malote	013/2006	10.753,10
Dispensa de Licitação nº 016/2006	Cd – Equipamentos Hidráulicos	014/2006	7.433,00
Tomada de Preços nº 002/06	Construtora Nondas Machado Ltda	015/2006	64.709,61

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais/1ª SR/DPRF/MJ



Com relação à MANUTENÇÃO DA FROTA gostaríamos de ressaltar que possuímos aproximadamente 144 veículos oficiais, entre carros, motos, caminhões e vans). Todos lotados em cidades do interior do Estado, onde possuímos 15 (quinze) postos de fiscalização das rodovias federais goianas, 07 Delegacias e na sede da 1ª SR/DPRF/MJ.

Nosso controle de combustível é feito tanto Delegacias como na sede da 1ª SR/DPRF/MJ e o controle de manutenção de todas as viaturas é feito em Goiânia/GO junto ao Núcleo de Serviços Gerais.

A empresa contratada para administrar o fornecimento de combustíveis e controlar o quantitativo utilizado, bem como seus custos, é a RODOTICKET – Ticket Car, através de um contrato firmado pelo nosso DPRF/MJ em Brasília.

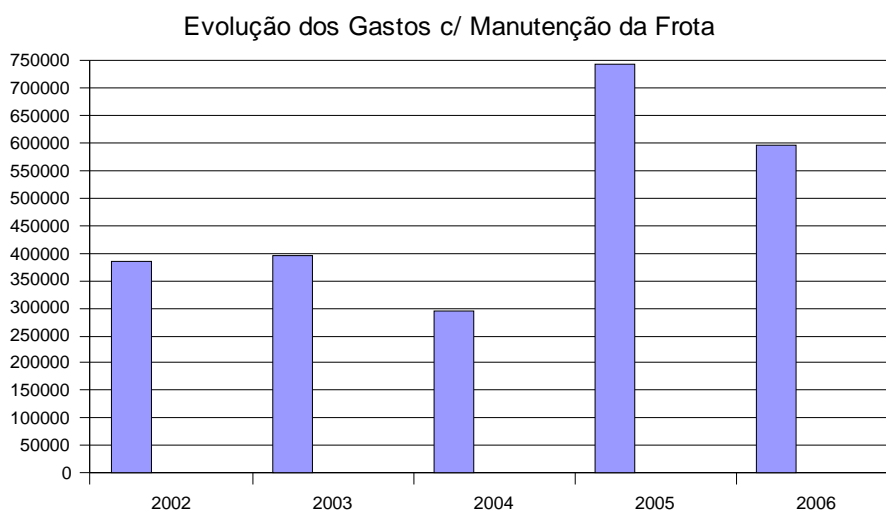
A seguir, demonstraremos o CUSTO DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS DA 1ª SR/DPRF/MJ do período de JANEIRO A DEZEMBRO em 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.

### GASTOS COM MANUTENÇÃO EM 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006

MÊS	CUSTO EM 2002	CUSTO EM 2003	CUSTO EM 2004	CUSTO EM 2005	CUSTO EM 2006
JANEIRO	46.029,58	24.379,06	39.164,96	98.704,00	83.111,01
FEVEREIRO	25.199,71	30.000,00	15.035,26	70.206,37	59.967,27
MARÇO	30.138,12	37.464,18	Sem contrato	55.372,96	72.596,58
ABRIL	47.793,63	25.273,57	62.035,83	51.210,88	32.864,80
MAIO	44.521,86	9.042,68	29.222,66	37.581,19	51.211,87
JUNHO	27.973,45	39.829,08	53.100,15	95.162,86	19.980,06
JULHO	28.066,50	41.912,32	8.625,77	71.158,20	51.845,89
AGOSTO	28.841,46	40.618,62	15.151,61	99.036,86	67.602,73
SETEMBRO	31.230,76	5.846,82	-	24.827,28	59.820,06
OUTUBRO	37.318,27	48.816,72	70.962,92	36.435,56	29.206,68
NOVEMBRO	27.010,97	33.622,98	-	62.107,18	38.028,61
DEZEMBRO	38.821,99	58.662,86	-	41.065,95	29.027,89
<b>TOTAIS</b>	<b>384.972,85</b>	<b>395.468,89</b>	<b>293.299,16</b>	<b>742.871,29</b>	<b>595.263,45</b>

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais/1ª SR/DPRF/MJ

No ANEXO I deste Relatório de Gestão, segue um RELATÓRIO DE GASTOS COM MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA 1ª SR/DPRF/MJ – EXERCÍCIO DE 2006, detalhando todos os custos totais por cada veículo, entre automóveis de passeio, pick-ups, motos e caminhões. Do valor gasto de R\$ 595.263,45 devemos extrair o valor de R\$ 5.668,58 alusivo a gastos com manutenção de veículos oriundos de outras unidades da Federação que apresentaram problemas mecânicos quando transitavam pelo Estado de Goiás. Na verdade, os gastos com manutenção da frota da 1ª SR/DPRF/MJ totalizaram R\$ 589.594,87).



Houve uma grande diminuição no montante dispendido com manutenção da frota durante o exercício de 2006, se comparado com o exercício de 2005. O motivo deste decréscimo de (-) **20,63%** nos gastos com manutenção, decorreu de dois fatores que julgamos de destaque:

- Realização de um Leilão público de 48 (quarenta e oito) viaturas oficiais, incluindo aí 8 (oito) viaturas do Estado do Tocantins e 04 do DPRF/MJ, cuja arrecadação redundou em R\$ 512.000,00 (Quinhentos e doze mil reais) aos cofres do Tesouro Nacional;
- Maior controle quanto aos gastos, em função das restrições orçamentárias impostas pelo Governo Federal.

## **7.2. NÚCLEO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

As atribuições deste núcleo foram definidas no Regimento Interno do DPRF/MJ, Portaria nº 3.741, de 16.12.2004, em seu Artigo 84, conforme segue:

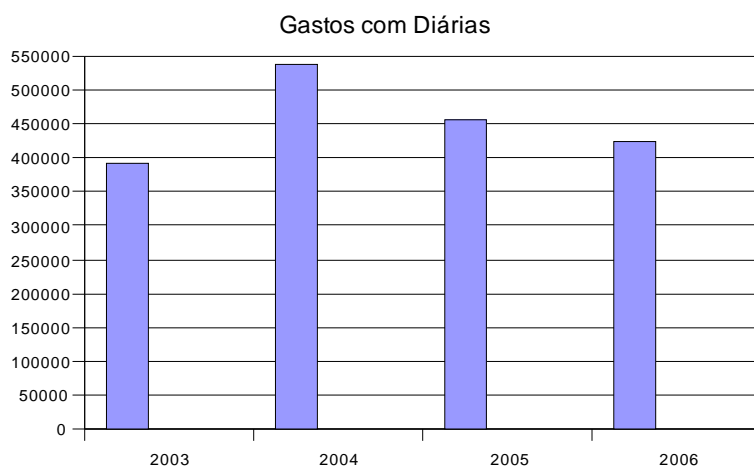
*“Art. 84. Ao Núcleo de Orçamento e Finanças compete:*

- I - programar, orientar, controlar e executar as atividades inerentes à administração orçamentária e financeira;*
- II - elaborar demonstrativos sobre a execução orçamentária e financeira;*
- III - controlar executar os recursos recebidos e praticar os pertinentes à emissão de notas de empenho, à liquidação e ao pagamento das despesas;*
- IV - informar, para fins de licitação, a existência de disponibilidade orçamentária;*
- V - controlar o crédito disponível existente nos diversos elementos de despesas;*
- VI - controlar e processar os pagamentos de despesas do exercício, de restos a pagar e de exercícios anteriores;*
- VII - receber, registrar e devolver cauções dadas como garantia de contratos;*
- VIII - analisar, avaliar e efetuar conferência prévia de processos e outros documentos de pagamento;*
- IX - proceder à liquidação de processos de despesas e documentos de pagamentos;*
- X - analisar os processos de concessão de diárias, transporte, ajuda de custos e suprimentos de fundos;*
- XII - manter atualizados os credenciamentos de ordenadores de despesa junto aos estabelecimentos bancários;*
- XIII - manter atualizado o rol de servidores responsáveis pelo gerenciamento de recursos orçamentários e financeiros e pela administração do patrimônio da Superintendência.”*

A seguir, algumas informações relevantes do Núcleo de Orçamento e Finanças:

ATIVIDADES	2003	2004	2005	2006	Varição Percentual (%) em relação a 2005
PROPOSTA CONCESSÃO DIÁRIAS	1510	2013	2119	1835	(-) 13,40%
MONTANTE GASTO C/ DIÁRIAS (EM R\$)	R\$ 392.922,50	R\$ 536.465,64	R\$ 456.069,08	R\$ 423.411,10	(-) 7,16%
ORDENS BANCÁRIAS	3037	2440	2202	1685	(-) 23,48%
NOTAS DE LANÇAMENTO	921	375	249	377	(+) 51,40%
NOTAS DE EMPENHO	808	670	680	499	(-) 26,62%

Fonte: Núcleo de Orçamento e Finanças/1ª SR/DPRF/MJ



Percebe-se que houve um sensível decréscimo na quantidade de emissão de Proposta de Concessão de Diárias, o que gerou um gasto menor neste item de despesa. Tal fato deve-se, em boa parte, ao fato de que os deslocamentos foram otimizados de forma a atender à atividade fim da PRF/GO, sem que houvesse prejuízo ao erário público com gastos que poderiam ser evitados. Outro fato que gerou uma redução nos gastos com diárias foi a ausência de deslocamentos de policiais para trabalhos em PAD's e Sindicâncias em outros Estados.

Veja que os gastos com diárias diminuíram (-) 7,16% em relação ao exercício de 2005. O número de Notas de Empenho diminuiu (-) 26,6% em relação ao exercício de 2005, em função, principalmente, à diminuição das despesas.

RECURSOS DISPENDIDOS COM CARTÃO CORPORATIVO DO GOVERNO FEDERAL			
Processo	Suprido	Valor Concedido	Valor Não Utilizado
08662001600/2006-15	Álvaro de Resende Filho	3.000,00	1.375,00
08662001864/2006-61	Rogério D Evangelista Modanês	3.000,00	3.000,00
08662002034/2006-51	José Calixto Suares Bispo	4.000,00	1.587,00
08662002039/2006-83	José Elzo Antônio	3.000,00	635,19
08662002127/2006-85	Moisés Alves da Silva	3.000,00	1.344,48
08662002198/2006-88	José Luiz Neto	3.000,00	1.788,88
08662004002/2006-90	José Calixto Suares Bispo	4.000,00	941,03
08662004675/2006-40	Alan Kardec Guimarães Souza	1.500,00	59,65
08662003168/2006-99	Leomar de Melo Barbosa	3.000,00	559,40
08662004567/2006-77	Moisés Alves da Silva	3.000,00	542,16
<b>VALOR TOTAL CONCEDIDO</b>		<b>R\$ 30.500,00</b>	<b>R\$ 11.832,79</b>
<b>VALOR TOTAL EFETIVAMENTE UTILIZADO</b>		<b>R\$ 18.667,21</b>	

### 7.3. NÚCLEO DE PATRIMÔNIO E MATERIAL

As atribuições deste núcleo foram definidas no Regimento Interno do DPRF/MJ, Portaria nº 3.741, de 16.12.2004, em seu Artigo 85, conforme segue:

*“Art. 85. Ao Núcleo de Patrimônio e Material compete:*

*I - orientar, controlar e executar as atividades inerentes ao controle dos bens patrimoniais, mantendo o cadastro atualizado;*

*II - efetuar o levantamento das necessidades da unidade e propor a aquisição de bens móveis e imóveis;*

*III - receber, acompanhar, controlar, distribuir ou redistribuir os bens móveis;*

*IV - propor a recuperação, reparação ou substituição dos bens danificados, integral ou parcialmente, bem como propor alienação dos bens móveis considerados prescindíveis ou de recuperação antieconômica e a baixa dos bens irrecuperáveis, de acordo com a legislação pertinente, bem como elaborar os mapas de incorporação e baixa de bens;*

*V - promover o inventário patrimonial dos bens de responsabilidade da Superintendência;*

*VI - examinar os processos de alienação, bem como orientar e controlar a execução dos atos que envolvam a aquisição, alienação e recebimento de bens móveis e imóveis, e os registros contábeis de baixas, cessões e alienações;*

*VII - manter atualizado o cadastro de material permanente e de imóveis e respectiva documentação, inclusive termo de responsabilidade;*

*VIII - examinar, conferir, armazenar e escriturar a entrada e a saída de materiais e equipamentos, exercer o controle físico-contábil dos estoques, bem como levantar as necessidades e propor a aquisição do material de consumo;*

*IX - manter em segurança os materiais estocados, observando as condições de armazenamento, de acordo com as determinações contidas em legislação pertinente, bem como indicar membros para compor comissão especial para efetuar a inventário e para o recebimento de bens adquiridos; e*

*X - atualizar, no Sistema de Patrimônio de Imóveis da União, as modificações físicas executadas nos imóveis em uso pela Superintendência; e*

*XI - manter atualizada a situação física dos bens patrimoniais no sistema de controle interno do patrimônio.”*

Os valores em patrimônio e bens de almoxarifado são a seguir discriminados:

<b>PERMANENTES</b>	R\$ 6.273.843,85
<b>BENS DE ALMOXARIFADO</b>	R\$ 174.997,62
<b>TOTAL GERAL (em R\$)</b>	<b>R\$ 6.448.841,47</b>

Fonte: Núcleo de Patrimônio e Material/1ª SR/DPRF/MJ

### 7.4. NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO

As atribuições deste núcleo foram definidas no Regimento Interno do DPRF/MJ, Portaria nº 3.741, de 16.12.2004, em seu Artigo 86, conforme segue:

*“Art. 86. Ao Núcleo de Documentação compete:*

*I - controlar e executar as atividades inerentes à área administrativa, protocolo, arquivo, reprografia, recebimento e expedição de documentos;*

*II - receber, conferir, classificar, numerar, selecionar, distribuir, pesquisar, autuar e indexar documentos, processos, expedientes e demais correspondências;*

*III - manter sob sua guarda, em perfeitas condições de conservação, a documentação encaminhada para arquivo;*

*IV - manter registro, controlar, acompanhar e prestar informações sobre a tramitação de processos e documentos;*

V - controlar o trâmite de correspondências enviadas por meio de malotes;  
 VI - promover a aquisição, supervisionar e controlar a distribuição do Diário Oficial, jornais, revistas e periódicos necessários ao desempenho da Superintendência;  
 VII - implementar e supervisionar a política de documentação e informação no âmbito da Unidade Regional, garantindo a recuperação das informações, o acesso aos documentos e a preservação de sua memória;  
 VIII - normatizar e manter atualizado o acervo documental e de informações da Unidade Regional, assim como organizar e supervisionar a implantação das atividades de gestão de documentos das unidades administrativas vinculadas, estabelecendo normas gerais de trabalho; e  
 IX - providenciar a edição, a publicação e distribuição do boletim de serviço regional, bem como a reprodução e distribuição às chefias regionais de um exemplar do boletim de serviço central. “

Eis alguns dados importantes elencados pelo núcleo de documentação:

DISCRIMINAÇÃO DAS ATIVIDADES	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	Variação Percentual (%) em relação a 2005
ANO	2003	2004	2005	2006	
Processos autuados	5084	7473	6224	5573	(-) 10,46%
Processos Registrados	5155	-	6224	134073(*)	(+) 2054%
Malotes enviados DPRF/MJ	101	101	102	95	(-) 6,86%
Malotes recebidos DPRF/MJ	101	101	203	94	(-) 53,69%
Fotocópias extraídas	80150	35000	65000	85000	(+) 30,77%
Portarias expedidas	221	152	275	248	(-) 9,82%
Instruções Internas	03	02	03	04	(+) 33,33%
Boletins Internos	32	37	41	34	(-) 17,07%

(\*) Cerca de 7900 processos do ano de 2001, 2002 e 2003 foram incluídos no Sistema Protocolo conforme determinação da Divisão de Documentação.

Fonte: Núcleo de Documentação/1ª SR/DPRF/MJ

## 7.5. NÚCLEO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES

As atribuições deste núcleo foram definidas no Regimento Interno do DPRF/MJ, Portaria nº 3.741, de 16.12.2004, em seu Artigo 88, conforme segue:

“Art. 88. Ao Núcleo de Informática e Telecomunicações compete:

- I - planejar, coordenar e executar atividades relacionadas com informática, telefonia e radiocomunicação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação Geral de Planejamento e Modernização;
- II - desenvolver estudos destinados à modernização das atividades de informática, telefonia e radiocomunicação;
- III - treinar e dar suporte técnico aos usuários de informática, telefonia e radiocomunicação no âmbito da Superintendência;
- IV - pesquisar, avaliar, propor especificações técnicas, testar e emitir parecer para aquisição e utilização de recursos de hardware, software e de telecomunicações, bem como sua implantação e operação;
- V - promover e supervisionar a execução dos serviços técnicos de instalação, manutenção nos equipamentos e programas de informática, telefonia e radiocomunicação; e
- VI - dar parecer sobre obras e reformas prediais que envolvam a estrutura física da rede lógica, de telefonia ou de radiocomunicação.”

Eis alguns PROJETOS propostos pelo Núcleo de Informática e Telecomunicações para o exercício de 2006 que merecem destaque para análise.

Informamos que algumas metas foram traçadas na Reunião de informática realizada em novembro de 2006 na cidade de Caldas Novas/GO, promovida pela

CGPLAM/DPRF/MJ, onde ficou acordado que alguns equipamentos seriam adquiridos em Licitação Pública na modalidade de Registro de Preços, pelo próprio DPRF/MJ em Brasília e posteriormente transferidos para as regionais.

Seguem abaixo as metas traçadas para 2006 com seus respectivos resultados:

EQUIPAMENTO	QUANTIDADE PRETENDIDA	QUANTIDADE ADQUIRIDA	DESCRIÇÃO	QUEM ADQUIRIU	RESULTADO
Monitor	20	20	17" Samsung	DPRF	Efetivado
Monitor	20	20	17" LCD - LG	GO	Efetivado
Monitor	06	06	19" LCD - LG	GO	Efetivado
Nobreak	40	40	0,6 Kva - SMS	DPRF	Efetivado
Nobreak	02	02	5,0 Kva	GO	Efetivado
Nobreak	01	01	1,2 Kva	PR	Efetivado
Transformador	10	10	0,5 Kva	GO	Efetivado
Transformador	20	20	1,0 Kva	GO	Efetivado
Servidor	02	02	Mono/Bi	DPRF	Efetivado
Switch	03	00	24 portas		Não Efetivado
Scanner de Produção	01	01	Kodak	SC	Efetivado
Torres	02	02	Auto-Portante	DPRF	Efetivado
Rádio Fixo	16	16	Motorola	DPRF	Efetivado
Rádio Portátil	15	0	Motorola		Não Efetivado

SERVIÇO	DESCRIÇÃO	RESULTADO
Manutenção de equipamentos de informática	serviços de manutenção corretiva em equipamentos de informática, elétricos, cabeamento lógico, bem como a criação, desenvolvimento, instalação e manutenção de softwares, incluindo o fornecimento de peças e componentes.	Não Efetivado
Manutenção do parque de telecomunicações	serviços em manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de rádio-comunicação (rádios de comunicação, fixos, móveis e portáteis) e equipamentos eletro-eletrônicos (fontes de alimentação, conversores de tensão, e outros)	Não Efetivado
Revisão do Sistema de Radiocomunicação	serviço de configuração e manutenção do Sistema de Radiocomunicação da 1ª SRPRF/GO bem como ajustes das torres e estações deste sistema, com fornecimento de componentes, materiais e peças necessárias às correções para atendimento ao padrão estipulado na Instrução de Serviço nº 01 de 09 de setembro de 2005. Licitado em 2005 e executado em 2006.	Efetivado
Implantação do Sistema do NUINT	Entroncamento digital E1 de 2Mbps. Ramal DDR com 200 números. Acesso a Internet, ADSL de 400Kbps.	Efetivado
Instalação de Link para comunicação de dados	Posto de Itumbiara	Efetivado
Instalação de Link para comunicação de dados	Posto de Jussara	Não Efetivado

Instalação de Linha telefônica	Posto Parque Ecológico	Efetivado
Instalação de Linha telefônica	Posto de Hidrolândia	Efetivado
Instalação de Linha telefônica	Posto de Guapó	Efetivado
Instalação de Linha telefônica	Posto de Uruaçu	Efetivado
Instalação de Linha telefônica	Posto de Jussara	Efetivado
Instalação de Linha telefônica	Posto de Itumbiara	Não Efetivado
Instalação de Linha telefônica	Posto de São Simão	Não Efetivado

Fonte: Memorando nº 004/NUTEL-GO, de 10/01/2007

Com a nova composição do quadro de servidores do Núcleo de Informática e Telecomunicações, pudemos implantar novas metodologias que proporcionaram um melhor atendimento aos nossos Usuários (Sede, Delegacias e Postos Policiais), descentralizamos as tarefas onde cada um dá suporte à uma área específica, o que resultou num atendimento mais eficaz e com maior eficiência.

## 8 - CORREGEDORIA REGIONAL

As atribuições da Corregedoria Regional foram definidas no Regimento Interno do DPRF/MJ, Portaria nº 3.741, de 16.12.2004, em seu Artigo 92, conforme segue:

“Art. 92. À Corregedoria Regional compete:

*I – programar, coordenar e executar as atividades relacionadas com a disciplina, eficiência, conduta funcional e ética profissional dos servidores, obedecidas às diretrizes correicionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;*

*II – acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares, e orientar as unidades vinculadas na interpretação e cumprimento da legislação pertinente;*

*III – elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática;*

*IV – receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, além de analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares;*

*V - elaborar e manter atualizado o mapa cartorial da Unidade Regional;*

*VI – organizar e manter atualizado o cadastro de informações correicionais de servidores da Superintendência;*

*VII – manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área;*

*VIII – fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho, para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo;*

*IX – orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares;*

*X – elaborar estatísticas de interesse da área correicional e relatórios de gestão;*

*XI – prestar informações e encaminhar documentos às áreas competentes, referentes a questões correicionais;*

*XII – promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade da Superintendência;*

*XIII – auxiliar na gestão do orçamento correicional; e*

*XIV – elaborar minutas de portarias e informações pertinentes.”*

A Corregedoria Regional (CR) cedeu servidor(es) para atuar(em) no serviço operacional em apoio à Seção de Policiamento e Fiscalização (SPF) nas seguintes ocasiões: Operação Rota Segura – 27 a 30/01; Op. Integração I – 17 e 18/02; Op. Carnaval – 24/02 a 01/03; Op. Verificação de Obras Rodoviárias – 23 e 24/03; Op. Semana Santa – 13 a 17/04; Op. Tiradentes – 20 e 21/04; Op. Dia do Trabalho – 28 e 29/04; Op. Manifestação dos Produtores Rurais – 09 a 11/05; Op. Catalão – 12 a 14/05; Op. São Paulo – 18 a 22/05; Op. Força Total 09 – 26 e 27/05; Op. Corpus Christi – 15 a 18/06; Op. Rio Paranaíba IV – 18 e 19/08; Op. Combate ao Trab. Escravo (apoio ao Min. Do Trabalho) – 28/08 a 08/09 e 31/10 a 01/11.

Por convocação da Corregedoria-Geral do DPRF/MJ, esta fração cedeu servidores para Op. Macunaíma (RS) – 16 e 17/05. Também por solicitação da Corregedoria-Geral, esta regional disponibilizou dois servidores, que conduziram procedimentos disciplinares em outra regional. Atendendo a convocação do Secretário Executivo do Min. da Justiça (MJ), este Corregedor Regional foi designado para compor Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, em Brasília/DF, desde Setembro.

Em Novembro, o chefe do Núcleo de Assuntos Internos (corregedor regional substituto) também foi designado para compor Comissão do MJ, na capital federal. Ressalte-se que, além dos trabalhos no MJ ainda não terem se encerrado, tal fato tem prejudicado um melhor acompanhamento das questões disciplinares na regional.

A participação dos servidores lotados na CR nas diversas operações citadas se deu em virtude da carência de efetivo policial para atender à demanda. Outro fato motivador da relevante cooperação da corregedoria com a área operacional foi a menor disponibilização de Recursos Financeiros (em relação aos anos anteriores) para a área correicional.

Assim sendo, a restrição Financeira inviabilizou uma maior atuação da CR na instauração de procedimentos disciplinares, pois, em 2006, foram liberados apenas R\$ 32.819,34, sendo que a maior parte destes recursos só foi disponibilizada a partir de julho, após a sanção da Lei Orçamentária.

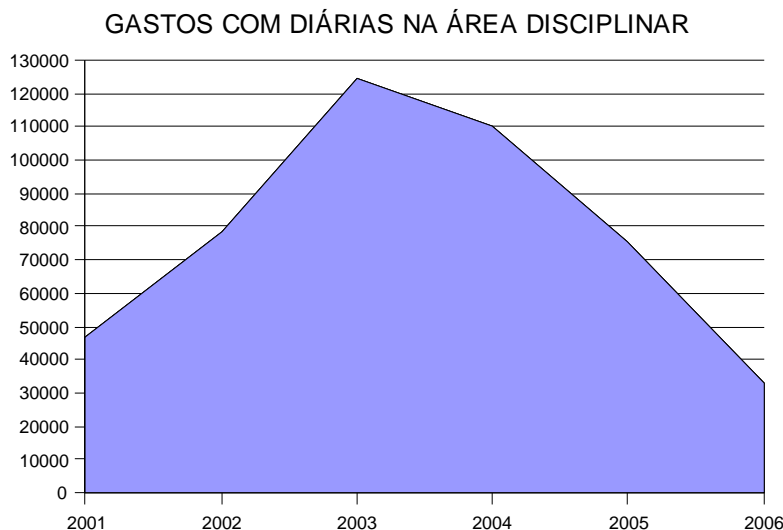
Em anos anteriores chegou-se a executar mais de R\$ 100.000,00 por ano. Esta diminuição nos recursos se iniciou no segundo semestre de 2005, em virtude de contingenciamento de recursos promovido pelo governo federal, cenário este tendente a se repetir no corrente ano.

Ressalte-se que a Corregedoria-Geral do DPRF elaborou, em 2006, um projeto, com o objetivo de dar vazão à demanda reprimida nacional, no qual solicitou aumento substancial de Recursos Financeiros, porém não houve resposta ministerial quanto à proposta. Segue abaixo quadro demonstrativo de execução da CR/GO.

#### **QUADRO DE EXECUÇÃO DE DESPESAS COM DIÁRIAS NA ÁREA DISCIPLINAR**

<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>Varição Percentual (%) em relação a 2005</b>
R\$ 46.563,04	R\$ 78.702,52	R\$ 124.397,94	R\$ 109.966,22	R\$ 75.224,05	R\$ 32.819,34	<b>(-) 56,37%</b>





Note que houve uma queda vertiginosa na descentralização de recursos com diárias a partir do exercício de 2003. A realidade acima exposta contribuiu para que ocorresse acúmulo de denúncias a serem apuradas, pois além dos processos remanescentes de 2005 (48 – quarenta e oito), foram autuados, em 2006, 43 (quarenta e três) denúncias. Deste total, foi possível a instauração de 28 (vinte e oito) procedimentos apuratórios. Ressalte-se que também foram cumpridas 06 (seis) cartas precatórias, já que o deslocamento de Comissões processantes de uma regional para outra é bastante oneroso. Assim, excluindo-se os processos apurados e os arquivados por falta de objeto, temos 50 (cinquenta) processos a serem apurados, conforme relação a seguir:

### **LISTA DE 50 (CINQUENTA) PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES A SEREM APURADOS**

01. Processo nº: 08.650.001.904/2003-61  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Ameaça a Membro de CPAD.  
Obs: recebido da Corregedoria-Geral do DPRF em 28/07/2005
02. Processo nº: 08.662.000.861/2004  
Situação: Sindicância concluída sugerindo PAD - aguardando Comissão  
Assunto: Falta de Zelo e Moralidade Administrativa
03. Processo nº: 08.662.000.761/2005-01  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Valer-se do cargo para lograr proveito
04. Processo nº: 08.662.001.266/2005-19  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Auto de Infração rasurado.
05. Processo nº: 08.662.001.463/2005-20  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Furto de bens de veículos retidos.
06. Processo nº: 08.662.002.390 /2005-93  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Moralidade Administrativa

07. Processo nº: 08.662.002.504/2005-03  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Furto de bens de veículo retido.

08. Processo nº: 08.662.002.643/2005-29  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Furto de veículo retido.

Obs: Vistoria da Policia Federal detectou que o furto aconteceu nos próximos 5 dias anteriores à detecção do fato. Portanto, não há como imputar responsabilidade objetiva a determinado policial e/ou equipe. Assim, considerando a existência de inquérito policial investigando possíveis autores do furto, que não são PRF's, estamos no aguardo da conclusão do feito.

09. Processo nº: 08.662.003.065/2005  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Furto de veículo retido.  
Obs: Inquérito Policial em andamento.

10. Processo nº: 08.662.003.388/2005-31  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Furto de bens de veículo retido.  
Obs: Inquérito Policial em andamento.

11. Processo nº: 08.662.003.565/2005-80  
Situação: aguardando juntada do julgamento realizado pelo Juíz da Comarca de Alto Paraíso/GO.  
Assunto: Uso de Entorpecente.

12. Processo nº: 08.662.003.566/2005-24  
Situação: Servidor acusado em licença médica psiquiátrica - aguardando fim do tratamento para designar Comissão  
Assunto: Descumprimento de Norma - Dormir em Serviço.

13. Processo nº: 08.662.003.620/2005-31  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Descumprimento de Norma e Falta de Urbanidade.

14. Processo nº: 08.662.004.314/2005-12  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Descumprimento de Norma

15. Processo nº: 08.662.004.486/2005-96  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Relatório 09/2005 – Descumprimento de Norma

16. Processo nº: 08.662.004.805/2005-63  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Furto de bens de veículo retido

17. Processo nº: 08.662.004.963/2005-13  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Lesão Corporal.

18. Processo nº: 08.662.005.424/2005-00  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Falta de Zelo.

19. Processo nº: 08.662.006.197/2005-21  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Descumprimento de Norma.

20. Processo nº: 08.662.000.088/2006-81  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Falta de Zelo
21. Processo nº: 08.662.000.232/2006-80  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Acidente de Viatura. Aguardando melhora do estado clínico da PRF (licença médica em virtude de lesões graves) para instauração de Sindicância.
22. Processo nº: 08.662.000.352/2006-87  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Não comparecimento a audiência
23. Processo nº: 08.662.000.391/2006-84  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Moralidade Administrativa
24. Processo nº: 08.662.000.506/2006-31  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Extravio de Processo.
25. Processo nº: 08.662.000.794/2006-23  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Valer-se do cargo para lograr proveito
26. Processo nº: 08.662.000.796/2006-12  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Falta de Urbanidade
27. Processo nº: 08.662.001.972/2006-33  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Furto de veículo retido.  
Obs: Inquérito Policial em andamento.
28. Processo nº: 08.662.002.042/2006-05  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Furto de veículo retido.
29. Processo nº: 08.662.003.172/2006-57  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Furto de veículo retido
30. Processo nº: 08.662.003.819/2006-41  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Acidente com viatura
31. Processo nº: 08.662.004.130/2006-33  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Extravio de Identidade Funcional
32. Processo nº: 08.662.004.137/2006-55  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Descumprimento de Norma.
33. Processo nº: 08.662.004.139/2006-44  
Situação: aguardando justificativa do PRF  
Assunto: Falta ao Serviço
34. Processo nº: 08.662.004.140/2006-79

Situação: aguardando justificativa do PRF  
Assunto: Falta ao Serviço

35. Processo nº: 08.650.004.316/2006-21  
Situação: diligências para coleta de informações  
Assunto: Falta de zelo – atendimento a acidente

36. Processo nº: 08.662.004.394/2006-97  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Descumprimento de Norma

37. Processo nº: 08.662.004.397/2006-21  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Falta de zelo - não atendimento a acidente de trânsito

38. Processo nº: 08.662.004.398/2006-75  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Furto de bens em veículo retido

39. Processo nº: 08.662.004.573/2006-24  
Situação: aguardando juntada de documentos  
Assunto: Furto de material

40. Processo nº: 08.662.004.613/2006-38  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Falta de Urbanidade entre PRF e PM.

41. Processo nº: 08.662.004.614/2006-82  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Roubo de material de patrimônio - pistola

42. Processo nº: 08.662.004.632/2006-64  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Descumprimento de Norma

43. Processo nº: 08.662.004.663/2006-15  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Falta de Urbanidade

44. Processo nº: 08.662.004.831/2006-72  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Falta de Urbanidade

45. Processo nº: 08.662.004.890/2006-41  
Situação: aguardando encaminhamento de perícia da PF  
Assunto: Furto a material de patrimônio

46. Processo nº: 08.662.004.892/2006-30  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Acidente com Viatura

47. Processo nº: 08.662.005.426/2006-71  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Roubo de Identidade Funcional.

48. Processo nº: 08.662.005.442/2006-64  
Situação: aguardando designação de Comissão  
Assunto: Falta de Urbanidade.

49. Processo nº: 08.662.001.405/2006-87

Situação: aguardando resposta de auditoria na Rede Informatizada (Sistema SERPRO).  
Assunto: Valer-se do cargo para lograr proveito

50. Processo nº: 08.662.001.413/2006-23  
Situação: aguardando resposta de auditoria na Rede Informatizada (Sistema SERPRO).  
Assunto: Valer-se do cargo para lograr proveito

Outro dado importante é o aumento significativo do número de denúncias autuadas nos dois últimos anos. Este acréscimo se deve, provavelmente, ao ingresso de novos policiais, que tem contribuído para uma maior atuação institucional da corporação e, via de consequência, para o aumento do número de reclamações a serem apuradas.

Apesar das restrições financeiras, esta fração realizou 12 (doze) inspeções correicionais, voltadas para o acompanhamento do exercício funcional dos servidores em seus locais de trabalho, visando prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo, além de contribuir com o aprimoramento do desempenho institucional. Durante estes trabalhos, foram fiscalizados 15 (quinze) postos e 08 (oito) equipes de rondas policiais, momento em que também era realizado o reforço no policiamento ostensivo nas rodovias federais. Vale destacar, contudo, que a participação do efetivo da corregedoria nas operações contribuiu com a área de inspeções correicionais, prejudicada pela escassez de recursos.

Quanto às instalações, apesar de existir uma sala de reuniões que, estando disponível, também atende as Comissões disciplinares, é importante que tenhamos uma sala específica para audiências e reuniões dos colegiados processantes.

É importante observar que a área correicional é bastante sensível, exigindo, além de qualificação, determinado perfil profissional do servidor. Ocorre que a maioria dos servidores não demonstra interesse em atuar disciplinarmente, para não se indispor com os colegas. Ademais, os integrantes das comissões processantes devem ser escolhidos com bastante critério, para que, obedecendo-se o contraditório e ampla defesa, consigamos atingir à verdade real, no intuito de sermos justos na análise da conduta dos servidores denunciados.

Ante ao grande número de processos a serem apurados, visando amenizar o quadro, tentaremos realizar um mutirão no corrente ano. Para tanto, apesar de não ser a melhor técnica, buscaremos utilizar servidores lotados ou mais próximos dos locais de apuração visando diminuir custos. Todavia, não basta designar Comissões sem a logística necessária. Assim, destacamos que existem dificuldades quanto a meios de transporte (viaturas) e salas para audiências.

Quanto a equipamentos, vale destacar que a Corregedoria Regional ainda não possui carro descaracterizado (para facilitar as investigações), apesar de ter solicitado formalmente em 2004 (processo 08.662.005.868/04-56). Há também carência de computadores portáteis (*notebook*) e equipamentos de gravação, filmagem e fotografia, solicitados desde 2003/2004. Registre-se, ainda, a necessidade de substituição dos coletes balísticos que se encontram vencidos, com exceção de um. Contudo, estamos na expectativa de que a administração dispensará atenção especial ao nosso pleito.

Eis alguns projetos definidos pela Seção de Correição e Disciplina:

PROJETO	RESULTADO
1. Manter atualizado o Mapa Cartorial.	Êxito total.
2. Inspeções sistemáticas aos locais de trabalho dos policiais.	Dentro das limitações orçamentárias, os resultados foram positivos.
3. Diminuição no volume de processos de denúncias a serem apuradas em Goiás contra possíveis práticas delituosas cometidas por nossos policiais.	Objetivo não alcançado.

A Corregedoria Regional, em 2006, conduziu e acompanhou as seguintes atividades na área disciplinar:

Sindicâncias instauradas em 2006	17
Processos Administrativos Disciplinares instaurados em 2006	11
Sindicâncias remanescentes de 2005 e conclusas em 2006	01
Processos Adm. Disciplinares remanescentes de 2005 e conclusos em 2006	02
Processos Administrativos Disciplinares conclusos em 2006	06
Sindicâncias conclusas em 2006	15
Execução de Carta Precatória em Sindicância ou Processo Adm. Disciplinar	06

Fonte: Corregedoria Regional/1ª SR/DPRF/GO

Quanto ao resultado dos procedimentos apuratórios temos os seguintes números de penalidades aplicadas:

Arquivamento	18
Advertência	04
Suspensão	00
Demissão	00

Fonte: Corregedoria Regional/1ª SR/DPRF/GO

## 8.1. NÚCLEO DE ASSUNTOS INTERNOS

As atribuições deste núcleo foram definidas no Regimento Interno do DPRF/MJ, Portaria nº 3.741, de 16.12.2004, em seu Artigo 93, conforme segue:

“Art. 93. Ao Núcleo de Assuntos Internos compete:

*I – auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional; e*  
*II – promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional.”*

O Núcleo de Assuntos Internos da 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal desenvolveu durante o ano de 2006 basicamente atividades de apoio à Corregedoria Regional atuando na condução de procedimentos administrativos disciplinares, sindicâncias e nas inspeções correicionais.

## 9 - SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

As atribuições desta Seção foram definidas no Regimento Interno do DPRF/MJ, Portaria nº 3.741, de 16.12.2004, em seu Artigo 89, conforme segue:

“Art. 89. À Seção de Recursos Humanos compete:

*I – programar, coordenar e executar as atividades das áreas de ensino, recursos humanos, legislação de pessoal, saúde e assistência social, bem como coordenar e supervisionar, no âmbito da Superintendência, sob a orientação da Divisão de Saúde e Assistência Social, as atividades relacionadas ao atendimento pré-hospitalar e resgate nas rodovias e estradas federais;*

*II – implantar e executar, no que lhe couber, as diretrizes, procedimentos e atribuições para o funcionamento da área de saúde.”*

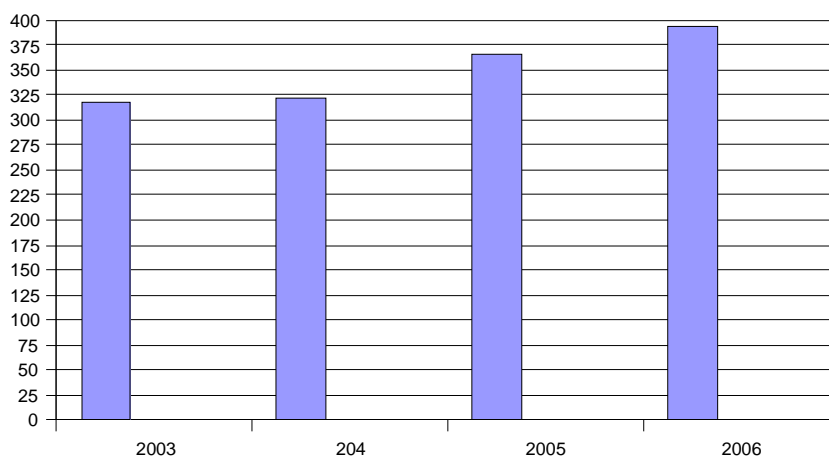
### EFETIVO DE POLICIAIS EM 2003-2004-2005-2006

ANO	2003	2004	2005	2006
<b>SERVIDORES ATIVOS:</b>	318	321	365	393
<b>SERVIDORES CEDIDOS (INCLUÍDO NO Nº ACIMA):</b>	01	00	00	00
<b>SERVIDORES INATIVOS:</b>	173	169	176	172
<b>ESTAGIÁRIOS</b>	34	34	23	34
<b>TERCEIRIZADOS (Vigilância, Limpeza, Asseio e Conservação, Recepcionista e Telefonista)</b>	39	41	46	51
<b>SERVIDORES ADMINISTRATIVOS:</b>	20	22	22	22

Fonte: Seção de Recursos Humanos/1ª SR/DPRF/MJ

Nota-se que o efetivo de policiais rodoviários federais saltou em 2006 para 393 policiais contra 365 do exercício de 2005, ou seja, um acréscimo de (+) **7,67%** no efetivo humano.

Quadro de Policiais Rodoviários Federais



Com a realização de concursos anuais, o efetivo da 1ª SR/DPRF/MJ tem aumentado da forma modesta, mas que tem produzido seus resultados na Atividade Fim da corporação, conforme indicativos mencionados contidos neste relatório.

## **9.1. NÚCLEO DE LEGISLAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL**

As atribuições deste núcleo foram definidas no Regimento Interno do DPRF/MJ, Portaria nº 3.741, de 16.12.2004, em seu Artigo 90, conforme segue:

*“Art. 90. Ao Núcleo de Legislação e Capacitação de compete:*

*I – orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos servidores, propor planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização, bem como manter cadastro atualizado da ficha curricular dos servidores;*

*II – auxiliar na realização de concursos públicos e outros processos seletivos, cursos e estágios;*

*III – realizar estudos e pesquisas com a finalidade de elaborar e propor normas complementares à legislação afeta à área de pessoal;*

*IV – analisar, elaborar e opinar sobre propostas, projetos e demais atos de natureza normativa sobre a sua área de competência;*

*V – planejar e executar as atividades pertinentes à capacitação dos servidores administrativos que não obtiverem índice satisfatório na avaliação da GDATA;*

*VI – instruir e emitir pareceres em consultas relacionadas com a interpretação e aplicação da legislação na área de pessoal;*

*VII – executar as atividades relativas a avaliações dos servidores para fins de homologação do estágio probatório e concessão de Progressão Funcional e da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica Administrativa – GDATA;*

*VIII – pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como elaborar diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos da Superintendência;*

*IX – preparar as informações jurídico-legais atinentes aos processos judiciais acerca da legislação de pessoal;*

*e*

*X – subsidiar o Superintendente na prática de atos de sua competência, relativos a essa área específica, visando ao atendimento dos requisitos de legalidade e motivação.”*



### AÇÕES DE CAPACITAÇÃO SEM ÔNUS

ANO	2006
-----	------

DATA	PROJETO	INSTITUIÇÃO	SERVIDOR	CARGA-HORARIA	LOTAÇÃO	QTD SERVIDORES
Jan-06	ABORDAGEM POLICIAL	CONSULTORIA INTERNA	Mem Circ 002/CONS INT 08/02/2006	8	SEDEe 1ª DEL	46
Fev-06	ABORDAGEM POLICIAL	CONSULTORIA INTERNA	Mem Circ 002/CONS INT 08/02/2006	8	SEDEe 1ª DEL	64
Mai-06	PESQUISA EM SEGURANÇA PÚBLICA	CAESP - Comissão de Altos Estudos em Segurança Pública	<b>FABRÍCIO</b> Silva Rosa e <b>FABIANO</b> da Silva Faria	40	SEDE	2
Jul-06	ABORDAGEM POLICIAL	NÚCLEO DE OP. ESPECIAIS	Integrates do NOE, Chefes do NPF / DEL, Superintendente e convidados	24	1ª SRPRF	25
Set - 06	EMERGÊNCIAS RADIOLÓGICAS	CNEEN	João (NOE), Gisele (NuTel)	40	1ª SRPRF	3
Out - 06	CVE-EXEAC	INFRAERO	Nalzalúzia (NUCAP)	28	1ª SRPRF	1

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO	
ANO	2006

VALORES				
	Diárias	Pass. Aérea	Serviços	Material
Recebidos		R\$ 5.503,47		
Devolvidos		R\$ (682,47)		
Gastos	R\$ 43.342,44	R\$ 4.821,00	R\$ -	
Saldo	<b>R\$ 43.342,44</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>

TOTAIS	EFETIVO CAPACITADO	CARGA HORÁRIA	CUSTOS
COM ÔNUS	36	1296	R\$ 3.404,36
SEM ÔNUS	159	26,29	R\$ -
<b>SOMA</b>	<b>195</b>	<b>1322,29</b>	<b>R\$ 3.404,36</b>

ATIVIDADES SOB EXECUÇÃO DA 1ª SRPRF						
Data Início	Data Fim	Servidor	Evento	Processo	Situação Atual	Valor
10-Mar	30-Jun	MARCUS VINÍCIUS Rodrigues	CEGESP/ GO	08662001057/2006-48	Concluído	R\$ 0,00
10-Mar	30-Jun	FABIANO S. Faria	CEGESP/ GO	08662001057/2006-48	Concluído	R\$ 0,00
3-Abr	7-Abr	<b>Carlos S. HONORATO</b>	Identific. Veicular		Concluído	R\$ 243,41
11-Abr	11-Abr	Valtuir Gomes de Cavalho, Agnaldo <b>Fonseca</b> , Sane P. Cavalho, Ivone P. <b>Caldeira</b>	Seminário Gás Natural Liquefeito (GNL)	SSP/GO	Concluído	R\$ 484,55
15-Mai	19-Mai	<b>FABRÍCIO</b> Silva Rosa e <b>FABIANO</b> da Silva Faria	PESQUISA EM SEG. PÚBLICA - Bsa	CAESP - Comissão de Altos Estudos em Segurança Pública	Concluído	0
28-Ago	31-Ago	NOE, DCC, Convidados	Técnicas Especiais e combate ao terrorismo	08662004058/2006-44	Concluído	R\$ 1.187,67
1-Out	1-Mai	Jander Costa, Felisberto Tavares	Curso de Estudos de Políticas Estratégicas	08662003903/2006-64	Concluído	R\$ 0,00
6-Nov	8-Nov	PRF 2ª DEL	FISCALIZ PP	08662004923/2006-52	Concluído	R\$ 0,00
25-set	29-set	João Carlos (NOE), Gisele (NuTel) e Dalton (3ª Del)	Curso de ações de Resposta a Situação Emergências Radiológicas		Concluído	R\$ 0,00
29-Out	29-Out	Nalzalúzia	SUPORTE BÁSICO DE VIDA – BLS	08662004603/2006-01	Concluído	R\$ 700,00
1-Ago	1-Mar	BARCELOS	PROCESSO PENAL MILITAR	08662004166/2006-17	Concluído	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 2.615,63</b>

ATIVIDADES SOB EXECUÇÃO DA COEN/DPRF/MJ ou Outras						
Data Início	Data Fim	Servidor	Evento	Local	Situação Atual	Vlr Diárias
20-Mar	23-Mar	Alexandre Luiz de Moura <b>CAPUCI</b>	Capacitação de Agentes Públicos no Combate à Pirataria	ESAF - Bsa	Concluído	

22-Ago	26-Ago	<b>Jairo Braga</b>	curso Lei 8.112 mem 1684/COEN	DPRF	Concluído	R\$ 489,74
30-Ago	3-Set	<b>Fabrício Silva Rosa</b>	Congresso Interamericano Ed. Direitos Humanos - Mem 1666/COEN	Brasília	Concluído	R\$ 489,74
27-Ago	31-Ago	Chefes da SPF e Delegacias	Encontro 2006 mem 1671/COEN	Brasília	Concluído	R\$ 4.142,30
11-Set	15-Set	Silvio LACERDA de Oliveira	Cmb Tráfico Seres Humanos	Brasília	Concluído	R\$ 516,07
30-Out	10-Nov	J.Júnior, Leila e Arthur	FORMAÇÃO INSTR. MOTOCICLISMO	COEN	Concluído	R\$ 0,00
22-Out	27-Out	Nalzalúzia	CTO – Bombeiros-CSA	CTSE	Concluído	R\$ 0,00
28-Out	28-Out	Nalzaluzia	Salvamento Básico -BLS	CEEN- UCG	Concluído	R\$ 0,00

**AÇÕES DE CAPACITAÇÃO COM ONUS**

ANO	2006
-----	------

PERÍODO		PROJETO	INSTITUIÇÃO	SERVIDOR	LOTAÇÃO	QTD SERVIDORES	CARGA HORARIA	TOTAL
DT INICIAL	DT FINAL							
19/03/06	23/03/06	Capacitação de Agentes Públicos no Combate à Pirataria	ESAF - Bsa	Alexandre Luiz de Moura <b>CAPUCI</b>	NOE	1	160	R\$ -
03/04/06	07/04/06	Curso Identificação Veicular	1º DPRF/ DF	Carlos Sérgio <b>HONORATO</b> de Oliveira	1/2	1	40	R\$ -
11/04/06	11/04/06	Seminário Gás Natural Liquefeito (GNL)	White Martins	<b>Valtuir</b> Gomes de Carvalho, Agnaldo <b>Fonseca</b> , <b>Sane P.</b> Carvalho, Ivone P. <b>Caldeira</b>	1ª SRPRF	4	8	R\$ 484,55
15/05/06	19/05/06	PESQUISA EM SEGURANÇA PÚBLICA	CAESP - Comissão de Altos Estudos em Segurança Pública	<b>FABRÍCIO</b> Silva Rosa e <b>FABIANO</b> da Silva Faria	NOE e GAB	2	200	R\$ -
28/08/06	31/08/06	Técnicas Especiais e combate ao terrorismo	1º BAC	<b>NOE, DCC, servidores Del 01, 03 e 07</b>	1ª SRPRF	20	48	R\$ 1.187,67
11/09/06	15/09/06	Seminário Nacional Cmb ao Tráfico de Pessoas	COEN	<b>FABRÍCIO</b> Silva Rosa	GAB	1	40	R\$ 516,07
11/09/06	15/09/06	Seminário Nacional Cmb ao Tráfico de Pessoas	COEN	<b>Sílvio Lacerda</b> Oliveira	1/5	1	40	R\$ 516,07
01/10/06	01/05/07	Curso de Estudos de Políticas Estratégicas	ADESG	<b>Jander Costa, Felisberto Tavares</b>	1ª SRPRF	2	640	R\$ -
22/10/06	27/10/06	SALVAMENTO EM ALTURA	CTO – Bombeiros-CSA	<b>Nalzalúzia</b>	1ª SRPRF	1	40	R\$ -
30/10/06	10/11/06	FORMAÇÃO INSTR. MOTOCICLISMO	COEN	<b>J.Júnior, Leila e Arthur</b>	1ª SRPRF	3	80	R\$ -
29/10/07	29/10/07	SUPORTE BÁSICO DE VIDA – BLS	CEEN – UCG	<b>Nalzalúzia</b>	1ª SRPRF	1	8	R\$ 700,00
11/12/07	15/12/07	Encontro de T & D	COEN	<b>JANDER Costa e JOÃO C. M Filho</b>	NOE	2	40	R\$ -
11/12/07	12/12/07	Gestores e Tutores EAD	COEN	<b>FABRÍCIO</b> Silva Rosa e <b>RÉGIS</b> Alves de Souza	1ª SRPRF	2	16	R\$ -
11/12/07	22/12/07	Capacitação em Ambiente Tecnológico	COEN	<b>DIOGO</b> Leonardo Costa	1/7	1	80	R\$ -

**ATIVIDADES DE INSTRUTORES**

Atividade	Início	Término	Total Diárias	Vlr Diária	Valor Total
CFI/2006	13/Mar	26/Mar	13,5	R\$ 103,10	R\$ 1.391,85
CFI/2006	27/Mar	30/Mar	4	R\$ 103,10	R\$ 412,40
CFI/2006	12/Mar	26/Mar	14,5	R\$ 85,92	R\$ 1.245,84
CFI/2006	27/Mar	27/Mar	1	R\$ 91,65	R\$ 91,65
CFI/2006	22/Fev	08/Mar	14,5	R\$ 85,92	R\$ 1.245,84
CFI/2006	09/Mar	23/Mar	15	R\$ 85,92	R\$ 1.288,80
CFI/2006	24/Mar	07/Abr	15	R\$ 85,92	R\$ 1.288,80
CFI/2006	08/Abr	22/Abr	15	R\$ 85,92	R\$ 1.288,80
CFI/2006	23/Abr	03/Mai	11	R\$ 85,92	R\$ 945,12
CFI/2006	04/Mai	18/Mai	15	R\$ 85,92	R\$ 1.288,80
CFI/2006	18/Mai	01/Jun	15	R\$ 85,92	R\$ 1.288,80
CFI/2006	02/Jun	16/Jun	15	R\$ 85,92	R\$ 1.288,80
CFI/2006	17/Jun	01/Jul	15	R\$ 85,92	R\$ 1.288,80
CFI/2006	04/Jul	07/Jul	3	R\$ 85,92	R\$ 257,76
GP trab capacitação	20/Ago	26/Ago	6,5	R\$ 108,83	R\$ 707,40
CFI/2006	27/Fev	13/Mar	14,5	R\$ 103,10	R\$ 1.494,95
CFI/2006	14/Mar	28/Mar	15	R\$ 103,10	R\$ 1.546,50
CFI/2006	29/Mar	12/Abr	15	R\$ 103,10	R\$ 1.546,50
CFI/2006	13/Abr	27/Abr	15	R\$ 103,10	R\$ 1.546,50
CFI/2006	28/Abr	30/Abr	3	R\$ 103,10	R\$ 309,30
CFI/2006	06/Mai	20/Mai	14,5	R\$ 103,10	R\$ 1.494,95
CFI/2006	20/Mai	03/Jun	15	R\$ 103,10	R\$ 1.546,50
CFI/2006	04/Jun	18/Jun	15	R\$ 103,10	R\$ 1.546,50
CFI/2006	19/Jun	30/Jun	12	R\$ 103,10	R\$ 1.237,20
CFI/2006	01/Jul	01/Jul	1	R\$ 103,10	R\$ 103,10
CFI/2006	02/Abr	16/Abr	1,5	R\$ 103,10	R\$ 154,65
CFI/2006	17/Abr	01/Mai	13,5	R\$ 103,10	R\$ 1.391,85
CFI/2006	29/Mai	12/Jun	14,5	R\$ 103,10	R\$ 1.494,95
CFI/2006	13/Jun	27/Jun	15	R\$ 103,10	R\$ 1.546,50
CFI/2006	28/Jun	30/Jun	3	R\$ 103,10	R\$ 309,30
CFI/2006	16/Jul	21/Jul	4,5	R\$ 103,10	R\$ 463,95
CFI/2006	16/Jul	21/Jul	1	R\$ 103,10	R\$ 103,10
CFI/2006	05/Abr	12/Abr	8	R\$ 85,92	R\$ 687,36
CFI/2006	21/Mar	04/Abr	14,5	R\$ 85,92	R\$ 1.245,84
					R\$ 0,00
					R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 35.088,96</b>

**Fonte:** Memorando nº 001/2007-NUCAP/SRH/1ª SR/DPRF/GO, de 08.01.2007

**AÇÕES DE CAPACITAÇÃO**
**ANO**
**2006**
**SOLICITANTE**
**CURSO**
**SITUAÇÃO**

Chefe do NOE

GERENCIAMENTO DE CRISE

Abertura de processo

08662002307/2006-67

Coordenador Geral de Adm

Tomada de Contas Especial

## 9.2. NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

As atribuições deste núcleo foram definidas no Regimento Interno do DPRF/MJ, Portaria nº 3.741, de 16.12.2004, em seu Artigo 91, conforme segue:

*“Art. 91. Ao Núcleo de Legislação de Pessoal compete:*

- I – orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com registros funcionais, lotação, movimentação, incorporação de vantagens, preparação e controle de pagamento;*
- II – cadastrar e manter atualizados os registros e assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e pensionistas;*
- III – controlar e registrar a frequência dos ativos, comunicando ao Chefe da Seção as faltas que impliquem em infração disciplinar;*
- IV – prestar informações e fornecer certidões, declarações, cópias de documentos nas condições autorizadas por Lei;*
- V – adotar providências para a expedição e controle de identidades funcionais;*
- VI – controlar, registrar e programar as férias dos servidores, lavrar apostilas, termos de posse, bem como organizar e manter atualizados os registros de lotação de servidores requisitados e cedidos;*
- VII – controlar e adotar medidas para a efetivação de remoção a pedido no âmbito de sua competência;*
- VIII – instruir processos referentes a direitos e vantagens referentes a exercícios anteriores, cessão, redistribuição, remoção ex-offício, disponibilidade e reversão, e demais direitos e vantagens dos servidores da Superintendência;*
- IX – analisar processos de aposentadorias e pensões, elaborar títulos concessórios e declaratórios de inatividades e apostilas declaratórias concernentes às alterações de proventos;*
- X – promover as alterações e controlar a folha de pagamento do pessoal ativo, inativo e pensionista;*
- XI – fornecer dados referentes ao pagamento e emitir fichas financeiras dos servidores da Superintendência, quando solicitado, nas condições autorizadas por Lei;*
- XII – acompanhar junto ao órgão competente as alterações no sistema de pagamento;*
- XIII – calcular e informar a margem consignável para fins de empréstimos em consignações;*
- XIV – adotar providências para a avaliação e concessão de progressão funcional dos servidores, nos termos da legislação pertinente;*
- XV – orientar, acompanhar e controlar a execução das atividades referentes à assistência médica, odontológica, psicossocial e a outros benefícios conferidos aos servidores e aos seus dependentes;*
- XVI – responsabilizar-se, no âmbito da Superintendência, por procedimentos afetos às perícias médicas e medicina de trabalho, além de elaborar e executar programas com vistas à melhoria social dos servidores;*
- XVII – orientar, acompanhar e fiscalizar a execução de convênios e planos de saúde dos servidores da Superintendência; manter contato com órgãos de saúde pública e privada para facilitar a triagem dos casos de internação, cirurgia e licenças-médicas, além de acompanhar os trabalhos de junta médica; e*
- XVIII – subsidiar o Superintendente na prática de atos de sua competência, relativos a essa área específica, visando ao atendimento dos requisitos de legalidade e motivação.”*

## 9 - EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E ECONOMICIDADE DA AÇÃO ADMINISTRATIVA

Com relação à **EFICIÊNCIA** e **EFICÁCIA** das ações administrativas do órgão, esclarecemos que os indicadores de desempenho da Gestão administrativa da 1ª SR/DPRF/GO são obtidos comparando-se os dados estatísticos do exercício em análise em relação aos obtidos no exercício anterior:

- Na **ÁREA OPERACIONAL**, ou área fim da PRF em Goiás, os principais indicadores, como o **número de acidentes registrados** em 2006, diminuiu (-) **2,09%** em relação a 2005, o de mortos diminuiu (-) **15,31%** no

mesmo período e o **número de feridos** diminuiu (-) **20,21%**, ou seja, percebe-se que o empenho da PRF/GO em suas operações policiais surtiu o efeito desejado. Há que se considerar que cada ano, a frota de veículos aumenta e a malha viária não é completamente adequada ao tráfego seguro, carecendo de manutenção e conservação adequada.

Temos acompanhado através da mídia, o quanto nossa malha viária está mal conservada, com sucessivas quedas de barreira, pontes, deslizamentos de encostas, etc.

Outro fator que culminou com a diminuição no número de acidentes e de mortos, embora em pequenos índices, foram as operações policiais desencadeadas pela Seção de Policiamento e Fiscalização, utilizando-se também dos policiais que atuam na área meio (administrativa) da 1ª SR/DPRF/MJ.

SITUAÇÃO	2003	2004	2005	2006
ACIDENTES REGISTRADOS	3116	3338	3293	3224
MORTOS	159	237	235	199
FERIDOS GRAVES/LEVES	2196	1833	2231	1780
ACIDENTES SEM VÍTIMAS	2232	2088	1910	1757
ACIDENTES COM VÍTIMAS	750	1066	1214	1321
ACIDENTES COM MORTOS	134	184	169	146
VEÍCULOS ENVOLVIDOS	4731	5270	4970	4994
OCUPANTES ENVOLVIDOS	12699	8296	6872	6528
VÍTIMAS SOCORRIDAS PELA PRF/GOIÁS	589	348	131	212

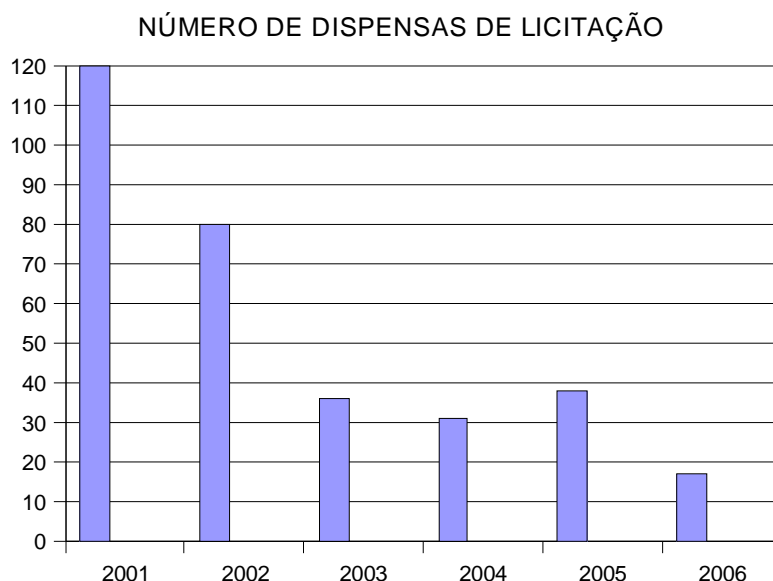
Fonte: NUREG/1ª SR/DPRF/MJ

- Na **ÁREA DISCIPLINAR**, o número de denúncias formais a serem apuradas manteve-se elevado com 50 (cinquenta) procedimentos a serem apurados.
- Na **ÁREA ADMINISTRATIVA**, os projetos referentes à aquisições (licitações a realizar), em sua maioria, não foram alcançados por falta de recursos orçamentários. A principal dificuldade que enfrentamos em 2006 foi a ausência de recursos na área de reformas/adaptações/ampliações de nossas instalações policiais, principalmente aquelas localizadas no interior.

Apesar das dificuldades com sucessivos contingenciamentos de dotação orçamentária, conseguimos reformar a sede da 7ª Delegacia PRF em Porangatu/GO, localizada no centro da cidade e o posto PRF de Jaraguá, local para onde o posto PRF de Rianópolis se transferirá em breve. O posto PRF de Jataí/GO foi todo reformado e ampliado

em parceria com a Prefeitura Municipal de Jataí/GO cabendo à PRF/GO apenas a aquisição de telhas canaletas.

De um montante aproximado de mais de 120 dispensas em 2001, chegou-se a 80 dispensas de licitação em 2002, 36 dispensas em 2003, 31 dispensas de licitação em 2004, 38 dispensas em 2005 e um significativo decréscimo para 17 dispensas de licitação realizadas em 2006. O motivo da sensível redução na realização de dispensas de licitação é a formalização de contratos decorrentes de procedimentos licitatórios de todas as despesas consideradas licitáveis.



Não temos poupado esforços em diminuir a emissão de despesas através de Dispensas/Inexigibilidades de Licitação. Todas as contratações de objetos considerados licitáveis, tais como manutenção de viaturas, equipamentos de informática, aquisição de passagens aéreas, recepcionista e telefonista, vigilância e segurança armada e limpeza, asseio e conservação, confecção de carimbos, chaves e fechaduras e locação de fotocopiadoras multifunção e outras que ainda esperamos contratar em 2007, contribuem para que as dispensas e inexigibilidades de licitação diminuam a cada ano.

A realização de licitações na modalidade Pregão Eletrônico e por Registro de Preços trouxe uma grande economia de recursos, favorecendo a logística das aquisições. O Registro de Preços traz praticidade, agilidade e economia de recursos nas aquisições, principalmente de materiais de uso comum.

- Na **ÁREA DE RECURSOS HUMANOS**, consideramos eficientes as ações desenvolvidas no sentido de manter a contratação de 34 estagiários de Nível Médio e Nível Superior para auxiliar nas atividades burocráticas da sede da 1ª SR/DPRF/MJ e sede das Delegacias lotadas no interior do Estado. Consideramos o ano de 2006 foi bastante proveitoso também pela realização de várias ações na área de capacitação, aplicados aos nossos policiais rodoviários federais.

Com relação a **ECONOMICIDADE** do órgão, temos a tecer os seguintes comentários sobre alguns indicadores:

a) **CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA, SANEAMENTO E ESGOTO E TELEFONIA FIXA:** não conseguimos atingir as metas de consumo de energia elétrica. Todos os levantamentos iniciais de reforma na parte elétrica, hidráulica e sanitária, foram realizados em todos os nossos 15 postos policiais no Estado no ano de 2003, todavia, por contingenciamento de recursos, apenas duas obras de reforma predial e adequação foram realizadas no exercício de 2006.

O não atingimento das metas de consumo de energia elétrica deve-se ao fato de que nossos postos policiais têm suas instalações elétricas com mais de 26 anos de uso. O consumo com água e esgoto aumentou significativa devido ao fato da construção e reforma da nova sede da 1ª SR/DPRF/MJ localizada à Rua P23-A Lote 04 – S/N – Setor dos Funcionários – Goiânia/GO.

Os gastos com telefonia fixa e móvel aumentaram (+) **18,30%** em relação ao exercício de 2005. O consumo de água e esgoto também aumentou sensivelmente em (+) **131,59%** em relação a 2005. O motivo desse aumento tão alto no consumo de serviços de saneamento básico decorre do fato de que ao transferirmos a maior parte de nossa sede administrativa para o novo endereço, gerou uma conta de água adicional que estava sendo paga pelo DNIT/GO e que foi-nos legalmente transferida. A seguir uma TABELA contendo todos os gastos com energia elétrica, água e esgoto e telefonia fixa/móvel ocorridos em 2003, 2004, 2005 e 2006.

DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA	2003	2004	2005	2006	Variação Percentual (%) em relação a 2005
ENERGIA ELÉTRICA	208.470,76	264.614,32	299.724,19	277.520,86	(-) 7,40%
ÁGUA E ESGOTO	7.932,73	8.669,52	15.650,68	36.245,60	(+) 131,59%
TELEFONIA FIXA/MÓVEL	107.697,83	118.029,25	73.299,03	86.715,14	(+) 18,30%
TOTAL DAS DESPESAS	324.101,32	391.313,09	388.673,90	400.481,60	(+) 3,03%

b) **CUSTO DE MANUTENÇÃO DA FROTA:** consideramos nosso custo dentro dos padrões, pois possuíamos em 2006 aproximadamente 144 veículos ativos, entre motocicletas, carros de passeio, *pick-ups* e veículos pesados, cujo CUSTO TOTAL EM 2006 foi de **R\$ 596.944,11**, ou seja, um CUSTO MÉDIO POR VEÍCULO de **R\$ 4.145,44**.

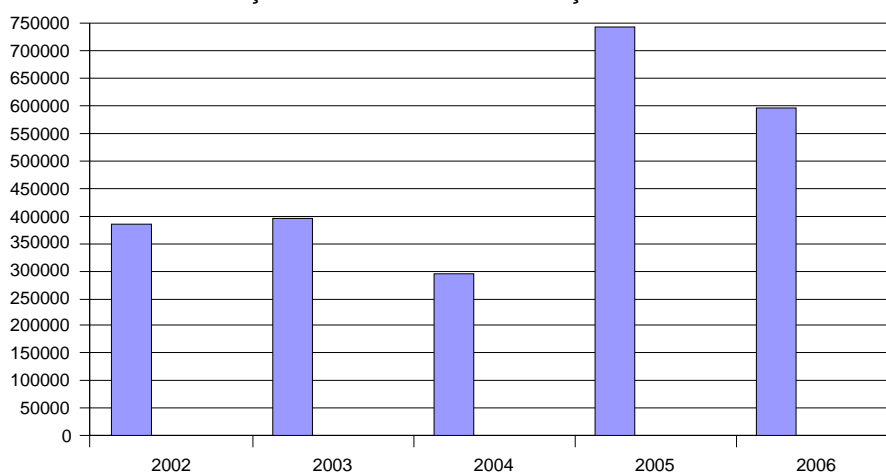
A diminuição destes custos decorre do fato de que no ano de 2006 realizamos um Leilão público de veículos oficiais, sendo leiloados 48 veículos, sendo 8 (oito) do Estado do Tocantins e 04 (quatro) do DPRF/MJ em Brasília, cujo montante arrecadado em recursos financeiros ao Tesouro Nacional foi de R\$ 512.000,00 (Quinhentos e doze mil reais).

MÊS	CUSTO 2002	CUSTO 2003	CUSTO EM 2004	CUSTO 2005	CUSTO EM 2006
JANEIRO	46.029,58	24.379,06	39.164,96	98.704,00	83.111,01
FEVEREIRO	25.199,71	30.000,00	15.035,26	70.206,37	59.967,27
MARÇO	30.138,12	37.464,18	Sem contrato	55.372,96	72.596,58
ABRIL	47.793,63	25.273,57	62.035,83	51.210,88	32.864,80
MAIO	44.521,86	9.042,68	29.222,66	37.581,19	51.211,87



<b>JUNHO</b>	27.973,45	39.829,08	53.100,15	95.162,86	19.980,06
<b>JULHO</b>	28.066,50	41.912,32	8.625,77	71.158,20	51.845,89
<b>AGOSTO</b>	28.841,46	40.618,62	15.151,61	99.036,86	67.602,73
<b>SETEMBRO</b>	31.230,76	5.846,82	-	24.827,28	59.820,68
<b>OUTUBRO</b>	37.318,27	48.816,72	70.962,92	36.435,56	29.206,68
<b>NOVEMBRO</b>	27.010,97	33.622,98	-	62.107,18	38.028,61
<b>DEZEMBRO</b>	38.821,99	58.662,86	-	41.065,95	29.027,89
<b>TOTAIS</b>	<b>384.972,85</b>	<b>395.468,89</b>	<b>293.299,16</b>	<b>742.871,29</b>	<b>595.263,45</b>

Evolução dos Gastos c/ Manutenção da Frota



c) **DOAÇÃO DE VIATURAS ANTIECONÔMICAS:** necessitamos, de um total de 144 viaturas da frota, efetivarmos a doação ou leilão público de 14 (quatorze) viaturas ainda consideradas antieconômicas em 2006, assim discriminadas:

### VIATURAS CONSIDERADAS ANTIECONÔMICAS EM 2006

Nº	PLACA	ANO	MODELO	SITUAÇÃO	VALOR GASTO
01	HQH8062	2001	FIAT Marea	ANTIECONÔMICA	12.807,71
02	KCS5541	1997	Ford F-1000	ANTIECONÔMICA	12.207,63
03	KDR5954	1998	GM Blazer	ANTIECONÔMICA	12.901,52
04	KDR6004	1998	GM Blazer	ANTIECONÔMICA	15.444,54
05	KDR6054	1998	GM Blazer	ANTIECONÔMICA	16.613,83
06	KDR6064	1998	GM Blazer	ANTIECONÔMICA	12.542,85
07	KEN7037	2001	FIAT Marea	ANTIECONÔMICA	18.615,83
08	KEK0845	2000	GM Blazer	ANTIECONÔMICA	13.710,70
09	KEN7087	2001	FIAT Marea	ANTIECONÔMICA	13.601,11
10	NFH9885	2004	GM S-10	ANTIECONÔMICA	15.769,18
11	NFH9905	2004	GM Zafira	ANTIECONÔMICA	12.325,16
12	NFH9945	2004	GM Zafira	ANTIECONÔMICA	12.318,08
13	NFH9975	2004	GM Zafira	ANTIECONÔMICA	12.879,68
14	NFI1505	2004	GM Zafira	ANTIECONÔMICA	13.813,97

## 10 - CONCLUSÃO FINAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

As informações apresentadas neste Relatório de Gestão são resultantes da análise do período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2006.

No Relatório de Gestão podemos perceber a manutenção da qualidade do serviço público prestado pela 1ª SR/DPRF/MJ à sociedade e o atingimento das metas e projetos almejados pela Unidade.

O efetivo de policiais, apesar do acréscimo de (+)7,67%, ainda é considerado insuficiente para que a PRF em Goiás possa cumprir com sua missão institucional. Em função disto, a metodologia de trabalho adotada é de concentrar as ações policiais onde há maiores índices de criminalidade nas rodovias, em locais onde a incidência de acidentes é maior, enfim, onde a presença da PRF/GO se faz mais necessária.

Todavia, é importante salientar que na **ÁREA OPERACIONAL**, área fim da PRF em Goiás, o objetivo primordial almejado pela 1ª SUP DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL foi atingido com a redução do número de **acidentes registrados** em (-) **2,09%** em relação a 2005, o de **mortos** em (-) **15,31%** em relação ao mesmo ano e o número de **feridos** em (-) **20,21%** em relação a 2005.

Houve uma grande diminuição no montante dispendido com manutenção da frota durante o exercício de 2006, se comparado com o exercício de 2005. O motivo deste decréscimo de (-) **20,63%** decorreu de dois fatores que julgamos de destaque:

- Realização de um Leilão público de 48 (quarenta e oito) viaturas oficiais, incluindo aí 8 (oito) viaturas do Estado do Tocantins e 04 do DPRF/MJ, cuja arrecadação redundou em R\$ 512.000,00 (Quinhentos e doze mil reais) aos cofres do Tesouro Nacional;
- Maior controle quanto aos gastos, em função das restrições orçamentárias impostas pelo Governo Federal.

Houve também um sensível decréscimo na quantidade de emissão de Proposta de Concessão de Diárias, o que gerou um gasto menor neste item de despesa em (-) **7,16%** em relação ao exercício de 2005.

Dentro das metas e planejamentos administrativos da gestão da Unidade, estamos finalizando procedimentos para realização de um Leilão de Veículos Apreendidos/Retidos a mais de 90 (noventa) dias em nossos postos policiais, visando devolver os veículos a seus legítimos proprietários boa a penalidade de serem leiloados em hasta pública.

Tais leilões, a exemplo do que ocorreu em 2006 quando leiloamos 48 (quarenta) veículos oficiais de propriedade da União, considerados, antieconômicos, irrecuperáveis e inservíveis, redundaram em uma receita aos cofres públicos de R\$ 512.000,00, gerando uma contrapartida para aquisição de novos veículos de policiamento e fiscalização das rodovias federais.

Acreditamos que encerramos o exercício de 2006 de uma forma bastante positiva se consideradas todas as variáveis que influenciaram na eficiência e eficácia das ações desenvolvidas pela instituição, tais como poucos recursos orçamentários, efetivo de policiais inadequado e ausência de um plano de carreira elaborado de forma a atender aos anseios da categoria.

Destacamos o compromisso dos policiais rodoviários federais goianos para que a Polícia Rodoviária Federal seja um órgão cada vez mais presente e atuante na sociedade. A direção do DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/MJ tem se preocupado em melhorar a estrutura organizacional da instituição, capacitar melhor seus servidores e implementar uma mentalidade de trabalho em que cada vez mais o servidor seja eficiente em prol da sociedade.

Sabemos das dificuldades em função das grandes restrições orçamentárias que a cada exercício financeiro vivenciamos, fato este que acreditamos ser alheio a nossa vontade, mas que de certa forma vem prejudicando a gestão da grande maioria ou quase totalidade das nações em desenvolvimento.

Neste sentido, igualmente na sede da 1ª SR/DPRF/MJ, Delegacias e postos PRF's, os trabalhos desenvolvidos pelos policiais têm sido direcionados para uma melhor prestação de serviços públicos e ao efetivo combate à criminalidade nas rodovias federais e até mesmo fora delas, uma vez que a PRF/GO vem atuando sob respaldo do Ministério Público Federal em várias atividades no combate ao crime organizado.

Num esforço crescente e necessário, o Governo Federal, através do Ministério da Justiça, Secretarias de Estado da Justiça e todas as instituições policiais e judiciárias, vem combatendo o crime organizado de forma dura e veemente. A PRF em Goiás, como instituição policial constante do Artigo 144 da Carta Magna, vem dando o respaldo necessário à altura das novas missões e demandas da sociedade que ora lhe são impostas.

Os mecanismos e instituições sociais, aliados a uma mídia moderna cada vez mais integrante aos problemas sociais, vêm se desenvolvendo a cada dia e exigindo dos órgãos públicos um maior compromisso e responsabilidade social. Os projetos traçados para a 1ª SR/DPRF/MJ no ano 2006 foram, como mencionamos, realizados dentro de um contexto orçamentário exíguo, mas aplicados de uma forma objetiva que forma a atender as necessidades básicas que permitiram a PRF em Goiás executar sua missão institucional com relativa eficiência e eficácia.

Consideramos que em todas as áreas, sejam: operacional, administrativa, disciplinar e de recursos humanos, as metas programadas para o exercício de 2006 foram atingidas.

Finalizando, para que possamos cumprir nossa missão institucional com eficiência e eficácia necessitamos ainda de:

- a) melhores instalações prediais, principalmente no interior do Estado;*
- b) dobrar o efetivo de policiais;*
- c) implantação de uma carreira corretamente definida em Lei; e*
- d) novos cursos de reciclagem, principalmente na área fim.*

De tudo o que consta neste Relatório de Gestão, consideramos o exercício de 2006 bastante proveitoso.

*É o nosso relatório,*

Goiânia/GO, 31 de dezembro de 2006.

**CLODOALDO JOSÉ DA SILVA JR**  
Superintendente Regional  
1ª SR/DPRF/GO